Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 8 de julho de 2026

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35.300.555830

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 03 de julho de 2026, às 10h horas, na sede da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº. 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900. **2. Convocação e Presença**: A convocação foi realizada na forma do Artigo 16, parágrafo primeiro, do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: **(i)** Rodrigo Uchoa Luna (Presidente do Conselho de Administração); **(ii)** Efraim Schmuel Horn (Vice-Presidente do Conselho de Administração); **(iii)** Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff (membro); **(iv)** Mônica Pires da Silva (membro independente); **(v)** Nelson Roseira Gomes Neto (membro independente); e **(vi)** Miguel Maia Mickelberg (membro). **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rodrigo Uchoa Luna, Presidente, e Sr. Henrique Hildebrand Garcia, Secretário. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e/ou deliberar sobre a renúncia apresentada pela Sra. Reneé Garófalo Silveira ao cargo de Diretora de Incorporação da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a reunião e após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: 5.1. Apreciação do comunicado de renúncia apresentado pela **Sra. Renee Garófalo Silveira** ao cargo de Diretora de Incorporação da Companhia, nos termos da Carta de Renúncia encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Rodrigo Uchoa Luna, na presente data ("Carta de Renúncia"), tendo sido deliberado que a renúncia se torna eficaz e produz efeitos a partir da presente data. A referida Carta de Renúncia fica arquivada na sede social da Companhia. 5.2. Aprovação que o Sr. Rodrigo Uchoa Luna, Diretor Vice-Presidente da Companhia, cumulará interinamente as atribuições e funções do cargo de Diretor de Incorporação, nos termos do art. 18, §1º, do Estatuto Social da Companhia. 5.3. Consigna-se que a presente ata de reunião do CA deverá ser (i) divulgada imediatamente ao mercado por meio do site da Comissão de Valores Mobiliários e do site de Relações com Investidores da Companhia; e (ii) publicada oportunamente nos jornais utilizados pela Companhia, com o devido registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que a renúncia se torne eficaz em relação a terceiros de boa-fé, de acordo com o art. 151 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho de Administração da Companhia expressam seus votos de agradecimento à Sra. Renee Garofalo Silveira pela inestimável contribuição prestada ao longo de seus 20 anos no desenvolvimento da Companhia. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Rodrigo Uchoa – Presidente; e Henrique Hildebrand Garcia – Secretário. **Membros do Conselho de Administração presentes**: Rodrigo Uchoa Luna (Presidente); Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff (membro); Efraim Schmuel Horn (Vice-Presidente); Miguel Maia Mickelberg (membro); Mônica Pires da Silva (membro independente); e Nelson Roseira Gomes Neto (membro independente). São Paulo, 03 de julho de 2026. Mesa: **Rodrigo Uchoa Luna -** Presidente, **Henrique Hildebrand Garcia -** Secretário.

INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 11.964.190/0001-83 - NIRE Nº 35300677285 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 12 de junho de 2026, às 10:00 horas, na sede da **INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 1, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo/SP ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença das Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Afrânio Lamy Spolador Junior. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: As Acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram aprovar: **(i)** a inclusão do Parágrafo 3º do artigo 5º, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Parágrafo 3º.** As Ações da Companhia estão vinculadas ao Acordo de Acionistas celebrado em 08 de janeiro de 2026, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia, para todos os fins e efeitos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76."* **(ii)** a alteração do art. 10, inciso (i) e exclusão da alínea r, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"(i) Deliberações sobre Matérias de Quórum Qualificado. As seguintes matérias ("Matérias de Quórum Qualificado") somente poderão ser aprovadas mediante voto favorável de Acionistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Ações:"* **(iii)** a alteração do art. 12, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 12º.** O Conselho de Administração é composto por até 10 (dez) membros efetivos, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos."* **(iv)** a alteração do art. 13, (ii), alíneas (v) e (w), que passarão a vigorar com a seguinte redação: *"(v) contratação de funcionários com remuneração individual bruta anual acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), não previstos no Plano de Negócios, ou qualquer alteração na remuneração de funcionários da Companhia com remuneração individual bruta anual acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), que represente uma variação igual ou superior a 20% (vinte por cento) da sua respectiva remuneração anual; e (w) Propositura de qualquer procedimento administrativo, judicial ou arbitral, apresentação de defesas, celebração de acordo ou renúncia a direitos no âmbito de qualquer procedimento envolvendo valor individual acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais)."* **(v)** a alteração do art. 13, (iii) e alíneas, que passarão a vigorar com a seguinte redação: *"(iii) Matérias de Quórum Superqualificado do Conselho de Administração. As matérias listadas abaixo dependerão do voto favorável de, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos Conselheiros. Será obrigatória, em primeira convocação, a participação de todos os Conselheiros, sendo certo que a ausência injustificada de qualquer Conselheiro não impedirá a instalação ou deliberação da reunião em segunda convocação, que instalar-se-á com, no mínimo, 50% dos Conselheiros, sendo o quórum de 90% (noventa por cento) então aplicável para os Conselheiros ali presentes: a) doação de recursos ou bens da Companhia a terceiros, comodato de bens e a renúncia a direitos pela Companhia em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais); b) orientação do voto da Companhia em investidas com relação às matérias listadas acima ou de competência da Assembleia Geral; c) aquisição, transferência ou oneração de participações societárias, não previstas no Plano de Negócios; d) participação da Companhia, direta ou indiretamente, em consórcios, joint ventures, sociedades em conta de participação ou outras formas de associação societária; e) celebração de acordos de acionistas/quotistas; f) definição de limites de aprovação de atos da Diretoria que excedam o dia a dia operacional ou financeiro habitual."* **(vi)** a alteração do art. 16, que passará a vigorar com a seguinte redação *"**Artigo 16º.** Dentre os Diretores eleitos, um será designado Diretor Presidente (CEO) e os restantes terão sua designação estabelecida pelo Conselho de Administração."* **(vii)** a alteração do art. 18 e Parágrafos 1º e 2º, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 18º.** Observado o que dispõe este Estatuto Social, a Diretoria terá os mais amplos e gerais poderes de representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, bem como para a administração e a gestão dos negócios sociais, considerando-se a Companhia validamente obrigada: (a) mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (b) mediante a assinatura conjunta de um Diretor e um procurador regularmente constituído, dentro dos limites do respectivo instrumento de mandato; ou (c) mediante a assinatura de dois procuradores regularmente constituídos, dentro dos limites dos respectivos instrumentos de mandato. **Parágrafo 1º.** Os instrumentos de mandato, com exceção do previsto nos parágrafos 4º e 5º deste artigo, serão sempre firmados por dois Diretores da Companhia, e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, salvo aqueles para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Parágrafo 2º.** A outorga de procurações e a delegação de poderes de representação não afastam a observância das matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou dos quóruns qualificados previstos neste Estatuto Social, no Acordo de Acionistas ou em deliberações societárias aplicáveis."* **(viii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com as alterações aprovadas nesta assembleia, conforme constante do **ANEXO I**, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, dispensada a sua publicação na íntegra; e **(ix)** autorização a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a fiel efetivação das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária perante órgãos e repartições públicas. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e como nenhum dos presentes fez uso da palavra, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 12 de junho de 2026. **Assinaturas**: Afrânio Lamy Spolador Junior, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Acionistas**: **(1) Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.**, por Eduardo Siqueira Moraes Camargo; e **(2) Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**, por Afrânio Lamy Spolador Junior e Hugo Rafael Mitz. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Afrânio Lamy Spolador Junior - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 251.784/26-5 em 03.07.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Vector Transportes e Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 35.823.683/0001-61 - NIRE nº 35300566432

AVISO AOS ACIONISTAS - ERRATA

Encerramento do Período de Exercício do Direito de Preferência e Subscrição de Sobras
Errata ao Aviso aos Acionistas publicado no dia 07 de julho de 2026

A **Vector Transportes e Tecnologia S.A.** ("Companhia") comunica aos seus acionistas que se encerrou, em 29 de junho de 2026, o prazo para o exercício do direito de preferência para subscrição das ações emitidas no âmbito do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2026 ("Aumento de Capital" e "AGE", respectivamente), conforme artigo 171 da Lei nº 6.404/76. Durante o período para exercício do direito de preferência, foram subscritas 255.402.103 ações ordinárias, perfazendo o montante total de R$ 54.416.362,79, restando, portanto, 18.724.981 ações não subscritas, as quais correspondem às sobras do Aumento de Capital ("Sobras"). Nos termos aprovados na AGE, as Sobras serão oferecidas, em uma única rodada, aos acionistas que tiverem manifestado interesse na reserva de sobras no respectivo boletim de subscrição apresentado durante o período de preferência. O prazo para subscrição das Sobras será de 5 (cinco) dias úteis, iniciando-se em 10 de julho de 2026 e encerrando-se em 16 de julho de 2026 (inclusive). As Sobras serão rateadas entre os acionistas elegíveis, na proporção das respectivas participações ou da quantidade indicada para reserva, conforme o caso, desconsideradas frações, observados os termos e condições aprovados na AGE. A subscrição das Sobras deverá ser formalizada mediante a celebração de novo boletim de subscrição e respectiva integralização à vista, em moeda corrente nacional, nos termos e condições aprovados na AGE. Encerrados os prazos para o exercício do direito de preferência e de subscrição das Sobras, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á para homologar o Aumento de Capital, podendo ocorrer homologação total ou parcial, nos termos do artigo 171, § 2º, da Lei nº 6.404/76, observado o atingimento da subscrição mínima aprovada na AGE.

São Paulo, 08 de julho de 2026

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35300326032 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 10 de junho de 2026, às 14h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a celebração do Termo Aditivo nº 11 ao Contrato de Concessão da Companhia; e **(ii)** a contratação de terceiros. **6. DELIBERAÇÕES:** Os acionistas da Companhia, após debates e discussões, registrada a abstenção da acionista, Mitsui & Co., Ltd., deliberaram, por unanimidade dos votos: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; e **(ii)** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, incisos (viii) e (xix) do Estatuto Social da Companhia, aprovar: **(a)** a celebração do Termo Aditivo nº 11 ao Contrato de Concessão n.º 4232521201; e **(b)** a contratação de terceiros para o fornecimento de sinalização e certificação de segurança, tudo nos termos e condições apresentados nesta Assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 10 de junho de 2026. **Assinaturas**: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.**, por André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes; **(2) RUASINVEST S.A.**, por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz e por Paulo José Dinis Ruas ; e **(3) MITSUI & CO.,LTD.**, por Stephan Joinovici Cadier. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 261.983/26-0 em 29.06.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 20.845.448/0001-13 - NIRE 35.300.542.68-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2026

I. Data, Hora e Local: 25.5.2026, às 8h, realizada por videoconferência. **II. Convocação e presença:** Dispensada a convocação considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **III. Mesa:** Presidente: João Guilherme Sabino Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o voto na Reunião de Única Sócia da Jottapar Desenvolvimento Imobiliário LTDA. ("Jottapar"), para a conferência de bem imóvel de sua propriedade na sociedade empresária Topazio Agropecuaria Ltda. **V. Deliberação:** Abertos os trabalhos e instalada a reunião, o Presidente colocou em discussão e votação a matéria da ordem do dia. Após discussões, os conselheiros manifestaram, por unanimidade, o voto na Reunião de Única Sócia da Jottapar para subscrição e integralização mediante a conferência de bem imóvel de sua propriedade, correspondente a 3,4026 hectares da Fazenda Santa Rosa II 05, objeto da matrícula nº 133.001, Livro nº 2 do 1º Registro de imóveis e anexos de Piracicaba/SP, na sociedade empresária Topazio Agropecuaria Ltda. **VI. Encerramento:** Encerramento: Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida, aprovada e assinada. **Mesa: Presidente**: João Guilherme Sabino Ometto. **Secretário**: Guilherme Fontes Ribeiro. Conselheiros: João Guilherme Sabino Ometto, Giovanna Mirone Ometto, Adriana Mirone Ometto, José Carlos Mirone Ometto, Daniela Ometto Ribeiro, Guilherme Fontes Ribeiro, Olga Stankevicius Colpo. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 25.5.2026. **Jucesp** nº 263.265/26-2 em sessão de 01.7.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 33A9-7077-1AA4-7E11.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/07/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 33A9-7077-1AA4-7E11.

ALTA MOGIANA AGRO S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 22 de junho de 2026

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1
Aplicações financeiras	8	1.900	11.304
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	9.a	2.226	2.973
Impostos a recuperar		148	206
Outras contas a receber		1	1
Total do ativo circulante		**4.276**	**14.485**
Não Circulante			
Outros créditos	11	10.782	12.873
		10.782	12.873
Propriedades para investimento	12	488.505	392.774
Imobilizado	13	3.147	3.220
		491.652	395.994
Total do ativo não circulante		**502.434**	**408.867**
Total do ativo		**506.710**	**423.352**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2026	2025
Circulante			
Salários e encargos sociais		25	18
Tributos a recolher		1	1
Imposto de renda e contribuição social a pagar		326	317
Dividendos propostos a pagar	16.d	6.011	5.905
Adiantamentos de clientes e partes relacionadas	9.b	-	10.019
Outras contas a pagar	14	35.906	2.858
Total do passivo circulante		**42.269**	**19.118**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	6.049	6.049
Total do passivo não circulante		**6.049**	**6.049**
Total do passivo		**48.318**	**25.167**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		317.383	282.383
Ajuste de avaliação patrimonial		10.420	10.420
Reservas de lucros		130.589	105.382
Total do patrimônio líquido		**458.392**	**398.185**
Total do passivo e patrimônio líquido		**506.710**	**423.352**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024		**122.383**	**10.420**	**4.835**	**76.347**	**-**	**213.985**
Integralização de capital	16.a	160.000	-	-	-	-	160.000
Reversão de dividendos propostos	16.d	-	-	-	5.239	-	5.239
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.866	24.866
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	-	1.243	-	(1.243)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(5.905)	(5.905)
Constituição de reservas de lucros	16.e	-	-	-	17.718	(17.718)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**282.383**	**10.420**	**6.078**	**99.304**	**-**	**398.185**
Integralização de capital	16.a	35.000	-	-	-	-	35.000
Reversão de dividendos propostos	16.d	-	-	-	5.905	-	5.905
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.313	25.313
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16.b	-	-	1.266	-	(1.266)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(6.011)	(6.011)
Constituição de reservas de lucros	16.e	-	-	-	18.036	(18.036)	-
Saldos em 31 de março de 2026		**317.383**	**10.420**	**7.344**	**123.245**	**-**	**458.392**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receita líquida de vendas	17	**26.156**	**22.446**
Lucro bruto		**26.156**	**22.446**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(1.111)	(963)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	79	290
		(1.032)	(673)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**25.124**	**21.773**
Despesas financeiras	19	(3)	(4)
Receitas financeiras	19	1.743	7.247
Resultado financeiro		1.740	7.243
Lucro antes dos impostos		**26.864**	**29.016**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	15	(1.551)	(4.150)
Lucro líquido do exercício		**25.313**	**24.866**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	20	**1,44**	**1,67**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		25.313	24.866
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	13	73	71
Despesa com imposto de renda e contribuição social	15	1.551	4.150
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		747	4.349
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		58	236
Outros ativos a receber - circulante e não circulante		2.091	15.734
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		-	(66)
Salários e encargos sociais		7	10
Adiantamentos de clientes e partes relacionadas		(10.019)	9.987
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante		-	1.351
		19.821	**60.688**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.542)	(4.563)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**18.279**	**56.125**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	8	(49.852)	(204.443)
Resgate de aplicações financeiras	8	59.256	221.925
Aplicação de recursos em propriedades para investimento	12	(62.683)	(233.315)
Aplicação de recursos em imobilizado	13	-	(293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(53.279)**	**(216.126)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Entrada de caixa por aumento de capital	16.a	35.000	160.000
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos		**35.000**	**160.000**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**-**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**2**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1**	**1**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**25.313**	**24.866**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**25.313**	**24.866**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola substancialmente com a parte relacionada Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em R$ 37.993 em 31/03/2026 (negativo em R$ 4.633 em 31/03/2025). A Administração esclarece que esta situação é decorrente, principalmente, de sua estratégia de aproveitar oportunidades de mercado para aquisição de propriedade para investimento com pagamento parcelado. A Administração avalia que este saldo negativo não compromete a liquidez imediata da Companhia, uma vez que o ciclo operacional continua a gerar fluxos de caixa operacionais positivos, permitindo honrar os compromissos nos seus respectivos vencimentos. Adicionalmente, a Administração pretende propor aporte para aumento do capital social, como realizado nos exercícios encerrados em 31/03/2026 e 2025. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/06/2026. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento e ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes e partes relacionadas*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedades para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6. Políticas contábeis materiais a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedades para investimento** As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo histórico. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Ativo imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. A depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para o exercício corrente e comparativo são demonstradas na nota explicativa nº 13. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2). À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **e. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produto é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas às propriedades para investimento mencionadas na nota 6.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa nº 6.d. **f. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A Lei Complementar nº 224/2025 aumentou em 10% o percentual de presunção da base de cálculo do imposto de renda (8,8% a partir de 1º/01/2026) e da contribuição social (13,2% a partir de 1º/04/2026) sobre a parcela da receita bruta que ultrapassar R$ 5 milhões. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2026 (no caso da Companhia em 1°/04/2026). **a. CPC 51 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (alterações CPC 02). **8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa	2026	2025
Bancos	1	1
	1	**1**

Aplicações financeiras	2026	2025
Aplicações financeiras	1.900	11.304
	1.900	**11.304**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por operações remuneradas às taxas de 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97,0% a 102,1% em 31/03/2025). O saldo é mantido para fins de investimentos.

9. Contas a receber e adiantamentos de clientes e partes relacionadas

a. Contas a receber de clientes e partes relacionadas	2026	2025
Partes relacionadas	-	2.973
Clientes	2.226	-
	2.226	**2.973**

O saldo de contas a receber, em 31/03/2026, possui vencimento inferior a 90 dias e é resultante da comercialização da participação na colheita de soja produzida em áreas próprias exploradas em regime de parceria com partes relacionadas. O saldo de contas a receber, em 31/03/2025, possui vencimento inferior a 90 dias e é resultante da participação em contratos de parceria mediante exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, realizadas com partes relacionadas.

b. Adiantamentos de clientes e partes relacionadas	2026	2025
Partes relacionadas	-	10.003
Clientes	-	16
	-	**10.019**

O saldo de adiantamentos de clientes e partes relacionadas em 31/03/2025 foi amortizado ao longo do exercício à medida que ocorreu a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **10. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2026 e 2025. **Saldos patrimoniais** No exercício findo em 31/03/2026, não há saldo a receber de partes relacionadas e não há saldo a amortizar de adiantamentos recebidos de partes relacionadas. No exercício findo em 31/03/2025, o saldo a receber de partes relacionadas (R$ 2.973) e o saldo de adiantamentos recebidos de partes relacionadas (R$ 10.003) são referentes a transações com a Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia, em condições normais de mercado. No exercício findo em 31/03/2026, as referidas vendas foram de R$ 16.339 (R$ 18.942 em 31/03/2025). **Operações com pessoal chave** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 31/03/2026 e 2025 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Remuneração aos Acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2026 os dividendos propostos foram de R$ 6.011 (R$ 5.905 em 31/03/2025). Em assembleia geral ordinária (AGO) Nº 7 de 23/07/2025 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 5.905. Em assembleia geral ordinária (AGO) Nº 6 de 25/07/2024 os acionistas decidiram incorporar à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos de R$ 5.239. Em 31/03/2026 e 2025 não houve dividendos efetivamente pagos. **11. Outros créditos** A rubrica "Outros créditos" no ativo não circulante refere-se a adiantamentos efetuados em negociações de aquisição de propriedades para investimento. Os adiantamentos são baixados quando do registro da escritura de compra e venda das propriedades para investimento.

Outros créditos	2026	2025
Saldo inicial	12.873	28.608
Adiantamentos efetuados	58.187	203.680
Baixa por aquisição de propriedades para investimentos	(60.278)	(219.415)
Saldo final	**10.782**	**12.873**

12. Propriedades para investimento

Custo	Terras	Total
Em 31 de março de 2024	**159.459**	**159.459**
Aquisições	233.315	233.315
Em 31 de março de 2025	**392.774**	**392.774**
Aquisições	95.731	95.731
Em 31 de março de 2026	**488.505**	**488.505**

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico. As aquisições no período encerrado em 31/03/2026 foram de R$ 95.731, sendo R$ 2.405 em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa, R$ 60.278 em contrapartida de outros créditos no ativo não circulante conforme nota explicativa nº 11 e R$ 33.048 em contrapartida de outras contas a pagar no passivo circulante. As aquisições no período encerrado em 31/03/2025 foram de R$ 233.315, sendo R$ 13.900 em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa e R$ 219.415 em contrapartida de outros créditos no ativo não circulante conforme nota explicativa nº 11. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 646.221 em 31/03/2026 (R$ 457.950 em 31/03/2025). As avaliações foram realizadas utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **13. Imobilizado**

Custo	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2024	**2.998**	**2.998**
Aquisições	293	293
Em 31 de março de 2025	**3.291**	**3.291**
Em 31 de março de 2026	**3.291**	**3.291**
Depreciação	**Edifícios e dependências**	**Total**
Em 31 de março de 2024	-	-
Adição	(71)	(71)
Em 31 de março de 2025	**(71)**	**(71)**
Adição	(73)	(73)
Em 31 de março de 2026	**(144)**	**(144)**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**3.220**	**3.220**
Saldo líquido em 31 de março de 2026	**3.147**	**3.147**
Taxas médias anuais de depreciação	**2,22%**	

14. Outras contas a pagar

	2026	2025
Saldo a pagar por aquisição de: Propriedade para investimento	33.179	131
Adiantamento recebido na negociação de futura compra e venda de: Propriedade para investimento	1.351	1.351
Transações que não envolvem caixa: Permuta de propriedade para investimento	1.376	1.376
	35.906	**2.858**

Segue a composição do saldo a pagar de R$ 33.048 referente às aquisições de propriedade para investimento no exercício findo em 31/03/2026:

Vencimento	
junho/2026	6.426
julho/2026	9.122
setembro/2026	17.500
	33.048

15. Imposto de renda e contribuição social

Composição dos tributos diferidos	2026	2025
Débitos tributários:		
Imposto de renda sobre:		
Ajuste de avaliação patrimonial	4.448	4.448
Contribuição social sobre:		
Ajuste de avaliação patrimonial	1.601	1.601
Total dos débitos tributários	**6.049**	**6.049**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**6.049**	**6.049**

Os tributos diferidos referem-se a ajuste de avaliação patrimonial classificado no Patrimônio líquido (nota explicativa nº 16.c), como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	16.469
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(6.049)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	10.420

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2026		2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	**26.864**	**26.864**	**29.016**	**29.016**
Alíquota	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
	(6.716)	**(2.418)**	**(7.254)**	**(2.611)**
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	**5.647**	**1.936**	**4.268**	**1.447**
Tributos no resultado do exercício	**(1.069)**	**(482)**	**(2.986)**	**(1.164)**
Efeito corrente	**(1.069)**	**(482)**	**(2.986)**	**(1.164)**

16. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2026, o capital social está dividido em 17.590.443 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (15.650.623 em 31/03/2025). Em 8/04/2025, foi deliberado pela assembleia geral extraordinária (AGE) Nº 6, a capitalização de R$ 35.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 282.383 em 31/03/2025 para R$ 317.383 em 31/03/2026. Em 2/05/2024, foi deliberado pela assembleia geral extraordinária (AGE) Nº 5, a capitalização de R$ 160.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 122.383 em 31/03/2024 para R$ 282.383 em 31/03/2025. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **d. Dividendos** Em 25/07/2024, foi deliberado pela assembleia geral ordinária (AGO) Nº 6 a incorporação à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos do exercício anterior no valor de R$ 5.239. Em 23/07/2025, foi deliberado pela assembleia geral ordinária (AGO) Nº 7 a incorporação à conta de Lucros Retidos os dividendos propostos do exercício anterior no valor de R$ 5.905. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**25.313**	**24.866**
Base para cálculo das destinações:	25.313	24.866
(-) Constituição de reserva legal	(1.266)	(1.243)
Base elegível a distribuição de dividendos	**24.047**	**23.623**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**6.011**	**5.905**

No exercício findo em 31/03/2026, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 25.313, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 6.011. No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 24.866, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 5.905. **e. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **17. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Receita de vendas		
Cana-de-Açúcar	16.348	19.110
Soja	9.808	3.336
Receita bruta	**26.156**	**22.446**
Receita líquida	**26.156**	**22.446**

18. Demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2026	2025
Salários, encargos e benefícios	(157)	(133)
Depreciação e amortização	(73)	(71)
Despesas com prestadores de serviços	(199)	(97)
Impostos	(676)	(662)
Outras receitas, líquidas	73	290
	(1.032)	(673)
	2026	**2025**
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(1.111)	(963)
Outras receitas operacionais, líquidas	79	290
	(1.032)	(673)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Outras receitas, líquidas	79	269
Reversão de tributos	-	21
	79	**290**

19. Resultado financeiro	2026	2025
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.743	7.234
Outras receitas financeiras	-	13
Total das receitas financeiras	**1.743**	**7.247**
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(3)	(4)
Total das despesas financeiras	**(3)**	**(4)**
Resultado financeiro	**1.740**	**7.243**

20. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico.

Básico e diluído	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**25.313**	**24.866**
Ações ordinárias no início do exercício	15.651	6.783
Ações subscritas em 02/05/2024	-	8.868
Ações subscritas em 08/04/2025	1.939	-
Total de ações no final do exercício	17.590	15.651
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	17.548	14.897
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**1,44**	**1,67**

Para os exercícios findos em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **21. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2026	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	-
Aplicações financeiras	8	1.900	-	1.900
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	9	2.226	2.226	-
Total		**4.127**	**2.227**	**1.900**
Passivos				
Dividendos propostos a pagar		6.011	6.011	-
Total		**6.011**	**6.011**	**-**

31 de março de 2025	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	-
Aplicações financeiras	8	11.304	-	11.304
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	9	2.973	2.973	-
Total		**14.278**	**2.974**	**11.304**
Passivos				
Dividendos propostos a pagar		5.905	5.905	-
Total		**5.905**	**5.905**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***(i)* Estrutura do gerenciamento de risco** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/03/2026, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1
Aplicações financeiras	8	1.900	11.304
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	9	2.226	2.973
		4.127	**14.278**

***(ii)* Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana-de-açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principal

ALTO ALEGRE AGRO S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 22 de junho de 2026

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	3.970	74
Aplicações financeiras	7	79.611	137.525
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.961	1.401
Demais contas a receber		1	4
Total do ativo circulante		**85.543**	**139.004**
Não Circulante			
Outros créditos		1	1
		1	**1**
Propriedade para investimento	9	325.388	252.945
		325.388	**252.945**
Total do ativo não circulante		**325.389**	**252.946**
Total do ativo		**410.932**	**391.950**

Passivo e Patrimônio Liquido	Nota	2026	2025
Circulante			
Tributos a recolher		25	18
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		1.721	550
Dividendos propostos a pagar	11.d	4.627	2.546
Contas a pagar de partes relacionadas	8	2.678	4.355
Total do passivo circulante		**9.051**	**7.469**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.368	2.368
Total do passivo não circulante		**2.368**	**2.368**
Total do passivo		**11.419**	**9.837**
Patrimônio líquido	**11**		
Capital social		337.621	337.621
Ajuste de avaliação patrimonial		4.469	4.470
Reservas de lucros		57.423	40.022
Total do patrimônio líquido		**399.513**	**382.113**
Total do passivo e patrimônio liquido		**410.932**	**391.950**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	19.481	10.722
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**19.481**	**10.722**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receita líquida das vendas	13	13.525	6.875
Lucro bruto		**13.525**	**6.875**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(396)	(260)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		44	-
		(352)	(260)
Lucro antes do resultado financeiro		**13.173**	**6.615**
Despesas financeiras	14	(2)	(8)
Receitas financeiras	14	12.893	8.415
Resultado financeiro, líquido		**12.891**	**8.407**
Lucro antes dos impostos		**26.064**	**15.022**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(6.583)	(4.299)
Diferido	10	-	(1)
Lucro líquido do exercício		**19.481**	**10.722**
Lucro líquido básico e diluido por ação (expresso em R$ por ação)	12	1,21	0,92

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		19.481	10.722
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(1)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas		(560)	(538)
Outras contas a receber		3	(5)
Variação nos passivos operacionais:			
Tributos a recolher		7	6
Imposto de renda e contribuição social a pagar		5.302	4.744
Contas a pagar de partes relacionadas		(1.677)	3.504
		22.558	18.434
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.131)	(4.300)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**18.427**	**14.134**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(95.272)	(116.094)
Resgate de aplicações financeiras	7	153.186	144.370
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(72.445)	(142.348)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(14.531)**	**(114.072)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Entrada de caixa por aumento de capital	11.a	-	100.000
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		**-**	**100.000**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**3.896**	**62**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**74**	**12**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**3.970**	**74**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2024		**237.621**	**4.471**	**1.717**	**26.123**	**-**	**269.932**
Integralização de capital	11.a	100.000	-	-	-	-	100.000
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	4.005	-	4.005
Realização do custo atribuído		-	(1)	-	1	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.722	10.722
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	536	-	(536)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	7.640	(7.640)	-
Em 31 de março de 2025		**337.621**	**4.470**	**2.253**	**37.769**	**-**	**382.113**
Reversão de dividendos propostos	11.d	-	-	-	2.546	-	2.546
Realização do custo atribuído		-	(1)	-	1	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.481	19.481
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	974	-	(974)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(4.627)	(4.627)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	13.880	(13.880)	-
Em 31 de março de 2026		**337.621**	**4.469**	**3.227**	**54.196**	**-**	**399.513**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/06/2026. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Políticas contábeis materiais a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **e. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **f. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2026 (no caso da Companhia em 1°/04/2026). **a. CPC 51 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02). **7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

	2025	2025
Caixa e equivalente de caixa	3.970	74
Aplicações financeiras	79.611	137.525
	83.581	**137.599**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 100,3% (100,4% em 31/03/2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e são mantidas para fins de investimento. **8. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 93,38% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2026 e 2025. **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no Contas a receber de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que no exercício findo em 31/03/2026 o montante a receber é de R$ 1.961 (R$ 1.401 em 31/03/2025), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. Os valores registrados no Contas a pagar de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que no exercício findo em 31/03/2026 o montante a pagar é de R$ 2.678 (R$ 4.355 em 31/03/2025), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2026, as referidas vendas foram de R$ 13.808 (R$ 7.028 em 31/03/2025), vide nota explicativa nº 13. Essas operações estão de acordo com as praticadas no mercado. **Operações com pessoal chave** O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 2026 e 2025 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2026 os dividendos propostos foram de R$ 4.627 (R$ 2.546 em 31/03/2025), conforme nota explicativa 11.d. Em 31/03/2026 e 2025, não houve dividendos efetivamente pagos.

9. Propriedade para investimento

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de março de 2024	106.904	65	3.638	110.607
Aquisições	142.348	-	-	142.348
Transferências	3.638	-	(3.638)	-
Em 31 de março de 2025	252.890	65	-	252.955
Aquisições	72.345	-	100	72.445
Em 31 de março de 2026	325.235	65	100	325.400

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de março de 2024	-	(8)	-	(8)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31 de março de 2025	-	(10)	-	(10)
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31 de março de 2026	-	(12)	-	(12)
Saldo líquido em 31 de março de 2025	252.890	55	-	252.945
Saldo líquido em 31 de março de 2026	325.235	53	100	325.388
Taxas médias anuais de depreciação		3,0%		

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. O montante pago pela aquisição de terras no período encerrado em 31/03/2026 foi de R$ 72.445 (R$ 142.348 em 31/03/2025). Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 466.910 em 31/03/2026 (R$ 380.685 em 31/03/2025). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **10. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2026	Movimentação no resultado do exercício	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	1.741	-	1.741	(1)	1.742
Contribuição social sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	627	-	627	-	627
Total dos débitos tributários	2.368	-	2.368	(1)	2.369
Imposto de renda e contribuição social líquidos	2.368	-	2.368	(1)	2.369

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	6.837
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(2.368)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	4.469

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2026 Imposto de renda	2026 Contribuição social	2025 Imposto de renda	2025 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	26.064	26.064	15.022	15.022
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(6.516)	(2.346)	(3.756)	(1.352)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	1.719	560	619	189
Tributos no resultado do exercício	(4.797)	(1.786)	(3.137)	(1.163)
Efeito corrente	(4.797)	(1.786)	(3.136)	(1.163)
Efeito diferido	-	-	(1)	-

11. Patrimônio líquido a. Capital social O capital social está dividido em 16.160.154 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 13/03/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) Nº 7, a capitalização de R$ 100.000 mediante aporte de capital, elevando assim o capital social de R$ 237.621 em 31/03/2024 para R$ 337.621 em 31/03/2025. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota explicativa nº 10. **d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 4.005, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 6 do dia 26/07/2024. A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 2.546, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 7 do dia 24/07/2025. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	19.481	10.722
Base para destinações	19.481	10.722
(-) Constituição da reserva legal	(974)	(536)
Base elegível de distribuição de dividendos	18.507	10.186
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	4.627	2.546

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	19.481	10.722
Ações ordinárias no início do exercício (milhares)	16.160	11.374
Ações subscritas em 13/03/2025 (milhares)	-	4.786
Total de ações no final do exercício (milhares)	16.160	16.160
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	16.160	11.610
Lucro por ação - básico e diluído - R$	1,21	0,92

Para os exercícios findos em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **13. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Receita de Vendas		
Cana de açúcar	13.808	7.028
Receita bruta	13.808	7.028
Impostos	(283)	(153)
Receita líquida	13.525	6.875

14. Resultado financeiro

	2026	2025
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(2)	(8)
Total das despesas financeiras	(2)	(8)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	12.893	8.415
Total das receitas financeiras	12.893	8.415
Total do resultado financeiro	12.891	8.407

15. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2026	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.970	3.970	-	-
Aplicações financeiras	79.611	-	79.611	-
Contas a receber de partes relacionadas	1.961	1.961	-	-
Demais contas a receber	2	2	-	-
Total	85.544	5.933	79.611	-
Passivos				
Dividendos propostos a pagar	4.627	4.627	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	2.678	2.678	-	-
Total	7.305	7.305	-	-

31 de março de 2025	Custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	74	74	-	-
Aplicações financeiras	137.525	-	137.525	-
Contas a receber de partes relacionadas	1.401	1.401	-	-
Demais contas a receber	5	5	-	-
Total	139.005	1.480	137.525	-
Passivos				
Dividendos propostos a pagar	2.546	2.546	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	4.355	4.355	-	-
Total	6.901	6.901	-	-

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos. Durante o exercício findo de 31/03/2026, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.970	74
Aplicações financeiras	7	79.611	137.525
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.961	1.401
		85.542	139.000

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana de açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

2026 Ativos	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses
Caixa e equivalentes de caixa	3.970	3.970	-
Aplicações financeiras	79.611	39.806	39.805
Contas a receber de partes relacionadas	1.961	1.961	-
	85.542	45.737	39.805
Passivos			
Dividendos propostos a pagar	4.627	4.627	-
Contas a pagar de partes relacionadas	2.678	2.678	-
	7.305	7.305	-

2025 Ativos	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses
Caixa e equivalentes de caixa	74	74	-
Aplicações financeiras	137.525	68.763	68.762
Contas a receber de partes relacionadas	1.401	1.401	-
	139.000	70.238	68.762
Passivos			
Dividendos propostos a pagar	2.546	2.546	-
Contas a pagar de partes relacionadas	4.355	4.355	-
	6.901	6.901	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	79.611	1.169	(1.169)	2.923	(2.923)	5.846	(5.846)
Impacto no resultado operacional		1.169	(1.169)	2.923	(2.923)	5.846	(5.846)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Aplicações Financeiras com taxa de juros flutuantes, sem "hedge". A taxa de juros que foi analisada no período é CDI.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Alto Alegre Agro S.A.** Presidente Prudente - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto Alegre Agro S.A em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção rel

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.

C.N.P.J. 36.328.479/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 22 de junho de 2026

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.516	38.607
Estoques	10	293	1.852
Impostos a recuperar	11	1.980	1.934
Outras contas a receber		1	1
Total do ativo circulante		**34.790**	**42.394**
Não Circulante			
Impostos a recuperar	11	28	-
		28	-
Imobilizado	12	15.954	16.766
Intangível	13	30	118
		15.984	16.884
Total do ativo não circulante		**16.012**	**16.884**
Total do ativo		**50.802**	**59.278**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2026	2025
Circulante			
Fornecedores		1	24
Salários e encargos sociais		17	14
Tributos a recolher		-	2
Imposto de renda e contribuição social a pagar		24	51
Dividendos propostos a pagar	15.c	5.920	2.105
Outras contas a pagar		1	1
Total do passivo circulante		**5.963**	**2.197**
Total do passivo		**5.963**	**2.197**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		22.001	22.001
Reservas de lucros		22.838	35.080
Total do patrimônio líquido		**44.839**	**57.081**
Total do passivo e patrimônio líquido		**50.802**	**59.278**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024		**22.001**	**4.433**	**24.332**	**-**	**50.766**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.420	8.420
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(2.105)	(2.105)
Constituição de reservas de lucros	15.d	-	-	6.315	(6.315)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**22.001**	**4.433**	**30.647**	**-**	**57.081**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.678	23.678
Distribuição de dividendos complementares		-	-	(30.000)	-	(30.000)
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(5.920)	(5.920)
Constituição de reservas de lucros	15.d	-	-	17.758	(17.758)	-
Saldos em 31 de março de 2026		**22.001**	**4.433**	**18.405**	**-**	**44.839**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receita líquida de vendas	16	**43.579**	**22.017**
Custos dos produtos vendidos	17	(20.533)	(14.629)
Lucro bruto		**23.046**	**7.388**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(282)	(483)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(12)	(117)
		(294)	(600)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**22.752**	**6.788**
Despesas financeiras	18	(10)	(4)
Receitas financeiras	18	3.531	3.745
Resultado financeiro		3.521	3.741
Lucro antes dos impostos		**26.273**	**10.529**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	14	(2.595)	(2.109)
Lucro líquido do exercício		**23.678**	**8.420**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	19	**1,08**	**0,38**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**23.678**	**8.420**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**23.678**	**8.420**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		23.678	8.420
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12 e 13	1.132	1.109
Despesa com imposto de renda e contribuição social	14	2.595	2.109
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Estoques	10	1.559	317
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	11	(74)	107
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		(23)	(89)
Salários e encargos sociais		3	(1)
Tributos a recolher		(2)	1
Outras contas a pagar		-	1
		28.868	**11.974**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.622)	(2.138)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**26.246**	**9.836**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação de recursos em imobilizado	12	(232)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(232)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	9	(32.105)	(1.558)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(32.105)**	**(1.558)**
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**(6.091)**	**8.278**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**38.607**	**30.329**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**32.516**	**38.607**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), foi constituída em 21/01/2020, com sede em São Joaquim da Barra/SP. A Companhia tem como atividade preponderante a geração e exploração de energia elétrica produzida em unidades termoelétricas próprias. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/06/2026. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **6. Políticas contábeis materiais a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **c. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **d. Reconhecimento de receita** A receita proveniente da venda da cogeração de energia (nota explicativa nº 16) é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes. **e. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia elétrica, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, bem como os recebíveis de vendas "*spot*". Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são apresentadas no ativo não circulante. **f. Ativo imobilizado e intangível** Itens do imobilizado e do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normalmente são contabilizados em despesas quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. A depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para o exercício corrente e comparativo são demonstradas na nota explicativa nº 12. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **g. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vende-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano. Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado. **h. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A Lei Complementar nº 224/2025 aumentou em 10% o percentual de presunção da base de cálculo do imposto de renda (8,8% a partir de 1º/01/2026) e da contribuição social (13,2% a partir de 1º/04/2026) sobre a parcela da receita bruta que ultrapassar R$ 5 milhões. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2026 (no caso da Companhia em 1°/04/2026). **a. CPC 51 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (alterações CPC 02). **8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2026	2025
Bancos	1	13
Aplicações financeiras	32.515	38.594
	32.516	**38.607**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por operações remuneradas às taxas de 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,0% a 103,0% em 31/03/2025). **9. Partes relacionadas Controladora** A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2026 e 2025. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à compra de vapor industrial da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia, em condições normais de mercado. No exercício findo em 31/03/2026, as referidas compras foram de R$ 7.123 (R$ 11.448 em 31/03/2025), sendo essas compras pagas durante o exercício. **Operações com pessoal chave** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 31/03/2026 e 2025 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma política de remuneração aos acionistas (dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2026, os dividendos propostos foram de R$ 5.920 (R$ 2.105 em 31/03/2025) e os dividendos efetivamente pagos foram de 32.105 (R$ 1.558 em 31/03/2025). **10. Estoques**

	2026	2025
Materiais em almoxarifado	293	165
Custos antecipados	-	1.687
	293	**1.852**

11. Impostos a recuperar	2026	2025
ICMS a recuperar	1.990	1.906
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	18	28
	2.008	**1.934**
Circulante	**1.980**	**1.934**
Não circulante	**28**	**-**

O saldo de créditos de ICMS a recuperar são oriundos da aquisição de bens incorporados no Ativo Imobilizado. **12. Imobilizado**

Custo	Máquinas e equipamentos (cogeração de energia)	Automação industrial (cogeração de energia)	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2024	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**
Em 31 de março de 2025	**20.238**	**65**	**6**	**20.309**
Aquisições	232	-	-	232
Em 31 de março de 2026	**20.470**	**65**	**6**	**20.541**

Depreciação	Máquinas e equipamentos (cogeração de energia)	Automação industrial (cogeração de energia)	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2024	**(2.487)**	**(34)**	**(1)**	**(2.522)**
Adição	(1.008)	(12)	(1)	(1.021)
Em 31 de março de 2025	**(3.495)**	**(46)**	**(2)**	**(3.543)**
Adição	(1.030)	(13)	(1)	(1.044)
Em 31 de março de 2026	**(4.525)**	**(59)**	**(3)**	**(4.587)**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**16.743**	**19**	**4**	**16.766**
Saldo líquido em 31 de março de 2026	**15.945**	**6**	**3**	**15.954**
Taxas médias anuais de depreciação	**5,03%**	**20%**	**10,98%**	

13. Intangível

Custo	Softwares	Total
Em 31 de março de 2024	**443**	**443**
Em 31 de março de 2025	**443**	**443**
Em 31 de março de 2026	**443**	**443**
Amortização	**Softwares**	**Total**
Em 31 de março de 2024	**(237)**	**(237)**
Adições	(88)	(88)
Em 31 de março de 2025	**(325)**	**(325)**
Adições	(88)	(88)
Em 31 de março de 2026	**(413)**	**(413)**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**118**	**118**
Saldo líquido em 31 de março de 2026	**30**	**30**
Taxa média anual de amortização	**20%**	

14. Imposto de renda e contribuição social Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2026		2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	**26.273**	**26.273**	**10.529**	**10.529**
Alíquota	25,00%	9,00%	25,00%	9,00%
	(6.568)	(2.365)	(2.632)	(948)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	4.786	1.552	1.148	323
Tributos no resultado do exercício	**(1.782)**	**(813)**	**(1.484)**	**(625)**
Efeito corrente	**(1.782)**	**(813)**	**(1.484)**	**(625)**

15. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2026 e 2025, o capital social está dividido em 22.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. Nos exercícios findos em 31/03/2026 e 2025, como o valor da reserva legal já representa 20% do capital social, não foi necessária a constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido. **c. Dividendos** Em 25/07/2024, foi deliberado pela assembleia geral ordinária (AGO) Nº 5 a distribuição dos dividendos propostos do exercício anterior no valor de R$ 1.558. Em 8/04/2025, foi deliberado pela assembleia geral extraordinária (AGE) Nº 3 a distribuição de dividendos complementares no valor de R$ 30.000. Em 23/07/2025, foi deliberado pela assembleia geral ordinária (AGO) Nº 6 a distribuição dos dividendos propostos do exercício anterior no valor de R$ 2.105. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**23.678**	**8.420**
Base para cálculo das destinações:	23.678	8.420
(-) Constituição de reserva legal	-	-
Base elegível a distribuição de dividendos	**23.678**	**8.420**
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	**5.920**	**2.105**

No exercício findo em 31/03/2026, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 23.678, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte dos Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 5.920. No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 8.420, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 2.105. **d. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **16. Receitas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Receita de vendas (mercado interno)		
Energia elétrica-Cogeração	45.230	22.851
Receita bruta	**45.230**	**22.851**
Impostos	(1.651)	(834)
Receita líquida	**43.579**	**22.017**

17 Demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2026	2025
Aquisição de vapor e energia	(18.486)	(13.125)
Salários, encargos e benefícios	(293)	(183)
Depreciação e amortização	(1.478)	(1.107)
Despesas com prestadores de serviços	(133)	(174)
Demais insumos	(437)	(640)
	(20.827)	(15.229)
	2026	**2025**
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(20.533)	(14.629)
Despesas gerais e administrativas	(282)	(483)
Outras despesas operacionais, líquidas	(12)	(117)
	(20.827)	(15.229)

A composição de "Outras despesas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Despesas tributárias	(12)	(117)
	(12)	**(117)**

18. Resultado financeiro	2026	2025
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.531	3.745
Total das receitas financeiras	**3.531**	**3.745**
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(10)	(4)
Total das despesas financeiras	**(10)**	**(4)**
Resultado financeiro	**3.521**	**3.741**

19. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico.

	2026	2025
Básico e diluído		
Lucro líquido do exercício	**23.678**	**8.420**
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	22.001	22.001
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**1,08**	**0,38**

Para os exercícios findos em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **20. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2026	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Valor justo Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.516	1	32.515
Total		**32.516**	**1**	**32.515**
Passivos				
Fornecedores		1	1	-
Dividendos propostos a pagar	15.c	5.920	5.920	-
Total		**5.921**	**5.921**	**-**

31 de março de 2025	Nota	Valor contábil Custo amortizado	Valor justo Nível 1	Valor justo Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.607	13	38.594
Total		**38.607**	**13**	**38.594**
Passivos				
Fornecedores		24	24	-
Dividendos propostos a pagar	15.c	2.105	2.105	-
Total		**2.129**	**2.129**	**-**

b. ***Determinação do valor justo*** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c.** ***Gerenciamento de riscos financeiros*** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***(i) Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/03/2026, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.516	38.607
		32.516	**38.607**

(ii) Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de energia elétrica. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

		2026
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**
Caixa e equivalentes de caixa	32.516	32.516
	32.516	**32.516**
Passivos		
Fornecedores	1	1
Dividendos propostos a pagar	5.920	5.920
	5.921	**5.921**

		2025
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**
Caixa e equivalentes de caixa	38.607	38.607
	38.607	**38.607**
Passivos		
Fornecedores	24	24
Dividendos propostos a pagar	2.105	2.105
	2.129	**2.129**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	Impactos em um cenário provável -10%	Impactos em um cenário possível 25%	Impactos em um cenário possível -25%	Impactos em um cenário remoto 50%	Impactos em um cenário remoto -50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	32.515	480	(480)	1.199	(1.199)	2.398	(2.398)
Impacto no resultado operacional		**480**	**(480)**	**1.199**	**(1.199)**	**2.398**	**(2.398)**

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: A taxa de juros que foi analisada foi o CDI.

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Central Energética Alta Mogiana S.A.** São Joaquim da Barra - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Energética Alta Mogiana S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos

LINCOLN JUNQUEIRA AGRO S.A.

CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Caiabú-SP, 22 de junho de 2026

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	33	62
Aplicações financeiras	7	1.220	2.749
Contas a receber de partes relacionadas	8	5.002	4.964
Demais contas a receber		3	-
Total do ativo circulante		**6.258**	**7.775**
Não Circulante			
Outras contas a receber		56	55
		56	**55**
Propriedades para investimento	9	164.808	152.806
Total do ativo não circulante		**164.864**	**152.861**
Total do ativo		**171.122**	**160.636**

Passivo e Patrimônio Liquido	Nota	2026	2025
Circulante			
Tributos a recolher		31	31
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		77	67
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.304	3.504
Contas a pagar de partes relacionadas	8	1.130	1.056
Total do passivo circulante		**4.542**	**4.658**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.002	16.008
Total do passivo não circulante		**16.002**	**16.008**
Total do passivo		**20.544**	**20.666**
Patrimônio líquido	**11**		
Capital social		63.206	63.206
Ajuste de avaliação patrimonial		19.433	19.444
Reservas de lucros		67.939	57.320
Total do patrimônio líquido		**150.578**	**139.970**
Total do passivo e patrimônio liquido		**171.122**	**160.636**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	13.912	14.754
Resultado abrangente do exercício	**13.912**	**14.754**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receita líquida das vendas	13	14.692	15.841
Lucro bruto		**14.692**	**15.841**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(671)	(627)
		(671)	(627)
Lucro antes do resultado financeiro		**14.021**	**15.214**
Despesas financeiras	14	(2)	(1)
Receitas financeiras	14	535	903
Resultado financeiro, líquido		**533**	**902**
Lucro antes dos impostos		**14.554**	**16.116**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(648)	(1.367)
Diferido	10	6	5
Lucro líquido do exercício		**13.912**	**14.754**
Lucro líquido básico e diluido por ação (expresso em R$ por ação)	12	5,77	6,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		13.912	14.754
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:"			
Depreciação e amortização		28	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6)	(5)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas	8	(38)	(689)
Outras contas a receber		(4)	(17)
Variação nos passivos operacionais:			
Imposto de renda e contribuição Social a pagar		638	1.395
Tributos a recolher		-	7
Contas a pagar de partes relacionadas		74	780
		14.604	16.253
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(628)	(1.358)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**13.976**	**14.895**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(25.227)	(16.015)
Resgate de aplicações financeiras	7	26.756	34.664
Aplicação de recursos em propriedade para investimentos	9	(12.030)	(29.891)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(10.501)**	**(11.242)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(3.504)	(3.694)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(3.504)**	**(3.694)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**(29)**	**(41)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**62**	**103**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**33**	**62**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2024		**63.206**	**19.455**	**2.777**	**43.282**	**-**	**128.720**
Realização do custo atribuído		-	(11)	-	11	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.754	14.754
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	738	-	(738)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(3.504)	(3.504)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	10.512	(10.512)	-
Em 31 de março de 2025		**63.206**	**19.444**	**3.515**	**53.805**	**-**	**139.970**
Realização do custo atribuído		-	(11)	-	11	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.912	13.912
Constituição da reserva legal	11.b	-	-	696	-	(696)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(3.304)	(3.304)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.e	-	-	-	9.912	(9.912)	-
Em 31 de março de 2026		**63.206**	**19.433**	**4.211**	**63.728**	**-**	**150.578**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Caiabú/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/06/2026. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de propriedades para investimento quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Propriedade para investimento*** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foram baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Políticas contábeis materiais a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento. À Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **e. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **f. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2026 (no caso da Companhia em 1°/04/2026). **a. CPC 51 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras normas contábeis** Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02). **7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

	2026	2025
Caixa e equivalente de caixa	33	62
Aplicações financeiras	1.220	2.749
	1.253	**2.811**

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 100% (97% em 31/03/2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são mantidas para fins de investimento. **8. Partes relacionadas Controladora** A controladora final da Companhia é a JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações (em 31/03/2026 e 2025). **Saldos patrimoniais** Os valores registrados no contas a receber de partes relacionadas, refere-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. No exercício findo em 31/03/2026 o montante a receber é de R$ 5.002 (R$ 4.964 em 31/03/2025), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. Os valores registrados no Contas a pagar de partes relacionadas, referem-se a transações com a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, no exercício findo em 31/03/2026 o montante a pagar é de R$ 1.130 (R$ 1.056 em 31/03/2025), e tem seu vencimento durante o próximo exercício social. **Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas resumem-se à venda de cana-de-açúcar para a Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, que tem o mesmo controle acionário da Companhia. No exercício findo em 31/03/2026, as referidas vendas foram de R$ 14.999 (R$ 16.173 em 31/03/2025), vide nota explicativa nº 13. Essas operações estão de acordo com as praticadas no mercado. **Operações com pessoal chave** O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria. A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de curto e longo prazos. Os valores pagos a títulos de remuneração no exercício de 2026 e 2025 não ocorreram pela Companhia, sendo realizados pela Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool. **Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos), de acordo com o estatuto social, de distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2026 os dividendos propostos foram de R$ 3.304 (R$ 3.504 em 31/03/2025), conforme nota explicativa 11.d . Em 31/03/2026, foram efetivamente pagos dividendos no valor de R$ 3.504 (R$ 3.694 em 31 de março de 2025). **9. Propriedade para investimento**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2024	121.959	1.131	123.090
Aquisições	29.891	-	29.891
Em 31 de março de 2025	151.850	1.131	152.981
Aquisições	12.030	-	12.030
Em 31 de março de 2026	163.880	1.131	165.011

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 31 de março de 2024	-	(147)	(147)
Adições	-	(28)	(28)
Em 31 de março de 2025	-	(175)	(175)
Adições	-	(28)	(28)
Em 31 de março de 2026	-	(203)	(203)
Saldo líquido em 31 de março de 2025	151.850	956	152.806
Saldo líquido em 31 de março de 2026	163.880	928	164.808
Taxas médias anuais de depreciação		3,0%	

As propriedades para investimento, estão avaliadas ao custo histórico. O montante pago pela aquisição de terras no período encerrado em 31/03/2025 foi de R$ 12.030 (R$ 29.891 em 31/03/2025). Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R$ 552.081 em 31/03/2026 (R$ 531.663 em 31/03/2025). As avaliações foram realizadas, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. **10. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2026	Movimentação no resultado do exercício	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	11.766	(5)	11.771	(3)	11.774
Contribuição social sobre:					
. Ajuste de avaliação patrimonial	4.236	(1)	4.237	(2)	4.239
Total dos débitos tributários	16.002	(6)	16.008	(5)	16.013
Imposto de renda e contribuição social líquidos	16.002	(6)	16.008	(5)	16.013

Os tributos diferidos se referem a ajuste de avaliação patrimonial classificados no Patrimônio líquido (nota 11.c) como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial	35.435
(-) Imposto de renda e Contribuição social (34%)	(16.002)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida (Patrimônio líquido)	19.433

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	2026 Imposto de renda	2026 Contribuição social	2025 Imposto de renda	2025 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	14.554	14.554	16.116	16.116
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(3.639)	(1.310)	(4.029)	(1.450)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	3.212	1.094	3.077	1.040
Tributos no resultado do exercício	(427)	(216)	(952)	(410)
Efeito corrente	(431)	(217)	(957)	(410)
Efeito diferido	4	2	5	-

11. Patrimônio líquido a. Capital social Em 31/03/2026 e 2025, o capital social está dividido em 2.412.816 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. Os valores estão demonstrados líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, conforme nota explicativa nº 10. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	13.912	14.754
Base para destinações	13.912	14.754
(-) Constituição da reserva legal	(696)	(738)
Base elegível de distribuição de dividendos	13.216	14.016
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	3.304	3.504

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **12. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	2026	2025
Lucro líquido do exercício	13.912	14.754
Número de ações durante o exercício (milhares)	2.413	2.413
Lucro por ação - básico e diluído - R$	5,77	6,11

Para os exercícios findos em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **13. Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Receita de Vendas		
Cana de açúcar	14.999	16.173
Receita bruta	14.999	16.173
Impostos	(307)	(332)
Receita líquida	14.692	15.841

14. Resultado financeiro	2026	2025
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(2)	(1)
Total das despesas financeiras	(2)	(1)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	535	903
Total das receitas financeiras	535	903
Total do resultado financeiro	533	902

15. Instrumentos financeiros a. Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2	Valor justo: Nível 3
31 de março de 2026					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	33	33	-	-
Aplicações financeiras	7	1.220	-	1.220	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	5.002	5.002	-	-
Outras contas a receber		56	56	-	-
Total		**6.311**	**5.091**	**1.220**	**-**
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.304	3.304	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	8	1.130	1.130	-	-
Total		**4.434**	**4.434**	**-**	**-**

	Nota	Valor contábil: Custo amortizado	Valor justo: Nível 1	Valor justo: Nível 2	Valor justo: Nível 3
31 de março de 2025					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	62	62	-	-
Aplicações financeiras	7	2.749	-	2.749	-
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.964	4.964	-	-
Outras contas a receber		55	55	-	-
Total		**7.830**	**5.081**	**2.749**	**-**
Passivos					
Dividendos propostos a pagar	11.d	3.504	3.504	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	8	1.056	1.056	-	-
Total		**4.560**	**4.560**	**-**	**-**

b. Determinação do valor justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. **c. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** *Risco de crédito* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. A Companhia opera com poucos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos. Durante o exercício findo de 31/03/2026, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contraparte, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	7	33	62
Aplicações financeiras	7	1.220	2.749
Contas a receber de partes relacionadas	8	5.002	4.964
		6.255	7.775

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de cana de açúcar. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo. A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento.

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	2026 6 - 12 meses
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	33	33	-
Aplicações financeiras	1.220	610	610
Contas a receber de partes relacionadas	5.002	5.002	-
Outras contas a receber	59	59	-
	6.314	5.704	610
Passivos			
Dividendos propostos a pagar	3.304	3.304	-
Contas a pagar de partes relacionadas	1.130	1.130	-
	4.434	4.434	-

	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	2025 6 - 12 meses
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-
Aplicações financeiras	2.749	1.375	1.374
Contas a receber de partes relacionadas	4.964	4.964	-
Outras contas a receber	55	55	-
	7.830	6.456	1.374
Passivos			
Dividendos propostos a pagar	3.504	3.504	-
Contas a pagar de partes relacionadas	1.056	1.056	-
	4.560	4.560	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. *Análise de sensibilidade – Risco de taxa de juros* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.220	18	(18)	45	(45)	89	(89)
Impacto no resultado operacional		18	(18)	45	(45)	89	(89)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: *Aplicações financeiras* A taxa de juros que foi analisada no período é CDI.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Lincoln Junqueira Agro S.A.** Caiabu - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lincoln Junqueira Agro S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou inclu

ALTA MOGIANA
açúcar • etanol • energia

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra, 22 de junho de 2026

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	502.698	468.107
Aplicações financeiras	9.a	4.557	3.051
Contas a receber de clientes	10	176.156	203.599
Estoques	11	387.279	265.515
Adiantamentos a fornecedores	11	50.257	39.098
Ativo biológico	14	141.042	98.615
Impostos a recuperar	13	66.478	19.690
Instrumentos financeiros derivativos	27	121.346	64.392
Outras contas a receber		65.162	13.809
Total do ativo circulante		**1.514.975**	**1.175.876**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	21	8.007	6.463
Adiantamentos a fornecedores	11	22.438	11.336
Impostos a recuperar	13	17.215	16.198
Outros investimentos		2.550	2.550
Outras contas a receber		296	277
		50.506	36.824
Imobilizado	15	2.110.147	1.954.789
Intangível	16	6.286	6.718
Direito de uso	17	1.080.760	1.107.887
		3.197.193	3.069.394
Total do ativo não circulante		**3.247.699**	**3.106.218**
Total do ativo		**4.762.674**	**4.282.094**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2026	2025
Circulante			
Fornecedores	18	148.439	76.387
Empréstimos e financiamentos	19	67.779	38.036
Parceria agrícola a pagar	17	267.357	270.075
Salários e encargos sociais		37.743	36.336
Tributos a recolher		6.287	18.811
Adiantamentos de clientes	20	2.941	5.899
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.588	20.202
Dividendos propostos a pagar	23.d	55.986	169.036
Outras contas a pagar		2.016	1.954
Total do passivo circulante		**592.136**	**636.736**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	865.062	288.237
Parceria agrícola a pagar	17	557.819	604.852
Provisão para contingências	21	34.378	46.405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	381.477	283.403
Total do passivo não circulante		**1.838.736**	**1.222.897**
Total do passivo		**2.430.872**	**1.859.633**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	1.850.000	1.020.000
Ajuste de avaliação patrimonial	23.c	2.533	3.276
Reservas de lucros		479.269	1.399.185
Total do patrimônio líquido		**2.331.802**	**2.422.461**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.762.674**	**4.282.094**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receita líquida de vendas	**24**	**1.898.521**	**2.386.840**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	43.565	(251.972)
Custos dos produtos vendidos e revendidos	25	(1.688.023)	(1.450.291)
Lucro bruto		**254.063**	**684.577**
Despesas operacionais			
Com vendas	25	(44.955)	(69.562)
Gerais e administrativas	25	(73.862)	(83.370)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	64.179	17.650
		(54.638)	(135.282)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**199.425**	**549.295**
Despesas financeiras	26	(83.326)	(46.499)
Receitas financeiras	26	74.380	81.117
Derivativos	26	138.412	97.367
Variações cambiais, líquidas	26	22.279	(47.723)
Resultado financeiro	26	151.745	84.262
Lucro antes dos impostos		**351.170**	**633.557**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	22.a	(17.367)	(122.620)
Diferido	22.a	(98.074)	32.372
Lucro líquido do exercício		**235.729**	**543.309**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	**28**	**15,32**	**35,32**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		235.729	543.309
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15, 16 e 25	321.687	232.295
Resultado de alienação ou baixa de bens	25 e 31.a	443	(1.754)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	98.074	(32.372)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	22	17.367	122.620
Resultado não realizado com instrumentos financeiros		(188.925)	7.123
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	31.b	42.870	70.222
Juros e multas de provisão para contingências	21 e 26	1.907	10.338
Reversao de provisão para contingências e juros / multas	21	(14.582)	(2.468)
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 25	(43.565)	251.972
Juros e variações monetárias sobre outros ativos a receber		629	(1.440)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosas		-	(123)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	14	379.559	231.979
Depreciação e realização do direito de uso	17	265.262	236.143
Ajuste a valor presente	17 e 26	14.312	11.029
		1.130.767	**1.678.873**
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		27.443	20.923
Estoques		(121.764)	9.560
Adiantamentos a fornecedores		(56.997)	(22.130)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		(47.805)	22.506
Instrumentos financeiros derivativos		126.518	(36.685)
Depósitos judiciais		(1.544)	207
Outras contas a receber - circulante e não circulante		(51.353)	1.357
Aumento ou (redução) dos passivos			
Fornecedores		72.052	(41.563)
Salários e encargos sociais		1.407	3.508
Tributos a recolher		(12.524)	8.874
Imposto de renda e contribuição social a pagar		36.849	(16.372)
Adiantamentos de clientes		(2.958)	1.942
Instrumentos financeiros derivativos		(11.161)	17.049
Outras contas a pagar - circulante e não circulante		62	121
		1.088.992	**1.648.170**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(54.216)	(284.838)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	31.b	(47.401)	(26.888)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**987.375**	**1.336.444**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de ativos	31.a	5.549	5.939
Aplicações financeiras		(1.506)	4.550
Aplicação de recursos em ativo biológico	14	(378.421)	(376.561)
Aplicação de recursos em imobilizado	15	(481.090)	(693.442)
Aplicação de recursos em intangível	16	(1.515)	(1.968)
Aplicação de recursos em direito de uso	17	(6.749)	(72.493)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(863.732)**	**(1.133.975)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	31.b	638.527	155.437
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	31.b	(27.428)	(294.784)
Dividendos pagos	12.e	(439.438)	(329.897)
Amortização de parcerias agrícolas	17	(260.713)	(247.172)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(89.052)**	**(716.416)**
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**34.591**	**(513.947)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**468.107**	**982.054**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**502.698**	**468.107**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024		**760.000**	**4.070**	**152.000**	**1.267.548**	**-**	**2.183.618**
Reversão de dividendos propostos	23.d	-	-	-	64.570	-	64.570
Distribuição de dividendos complementares	23.d	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)
Aumento de capital com reservas	23.a	260.000	-	-	(260.000)	-	-
Realização do custo atribuído		-	(794)	-	794	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	543.309	543.309
Destinações:							
Constituição de reserva legal	23.b e d	-	-	27.165	-	(27.165)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(129.036)	(129.036)
Constituição de reservas de lucros	23.e	-	-	-	387.108	(387.108)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**1.020.000**	**3.276**	**179.165**	**1.220.020**	**-**	**2.422.461**
Reversão de dividendos propostos	23.d	-	-	-	34.598	-	34.598
Distribuição de dividendos complementares	23.d	-	-	-	(305.000)	-	(305.000)
Aumento de capital com reservas	23.a	830.000	-	(179.165)	(650.835)	-	-
Realização do custo atribuído		-	(743)	-	743	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	235.729	235.729
Destinações:							
Constituição de reserva legal	23.b e d	-	-	11.786	-	(11.786)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.d	-	-	-	-	(55.986)	(55.986)
Constituição de reservas de lucros	23.e	-	-	-	167.957	(167.957)	-
Saldos em 31 de março de 2026		**1.850.000**	**2.533**	**11.786**	**467.483**	**-**	**2.331.802**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**235.729**	**543.309**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**235.729**	**543.309**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 31/03/2026, aproximadamente 80% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais de mercado. Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros produtos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. Os canaviais da Companhia, no exercício findo em 31/03/2025, sofreram impactos de variações climáticas, especialmente quanto à incêndios generalizados e seca prolongada, que refletiram negativamente no cálculo do valor justo de seus ativos biológicos. Aproximadamente 14 mil hectares de cana-de-açúcar da Companhia foram atingidos por incêndios, sendo necessários investimentos complementares em tratos culturais no montante aproximado de R$ 38.000 para preservar a produtividade das safras seguintes. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **Aquisição seguida de Incorporação - Alta Mogiana Egito Agrícola Ltda.** (i) Em 30/09/2025, por intermédio de um acordo de compra e venda datado de 15/07/2025, a Companhia adquiriu da Raízen Energia S.A., mediante Cessão e Transferência de Quotas, a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade de sua titularidade denominada "Raízen Egito Agrícola 4 Ltda", cujo ato consta registrado na 1ª alteração do contrato social dessa Sociedade e através do qual, também foi alterada a denominação social da Sociedade para "Alta Mogiana Egito Agrícola Ltda". Em 31/12/2025, mediante 38ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação ("Protocolo de Incorporação") do Patrimônio Líquido da "Alta Mogiana Egito Agrícola Ltda". A Alta Mogiana Egito Agrícola Ltda é uma Sociedade cuja totalidade das quotas são detidas pela Companhia. Abaixo demonstramos o balanço patrimonial da companhia incorporada, e os impactos da alocação do preço pago na Companhia incorporadora em 31/12/2025: **a. Balanço patrimonial da companhia incorporada**

Alta Mogiana Egito Agrícola Ltda.
(anteriormente denominada Raízen Egito Agrícola 4 Ltda.) (Em milhares de reais)

Ativo	setembro-25 (Não auditado)	Passivo	setembro-25 (Não auditado)
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	1	Passivo de Arrentamento	9.217
Ativos biológicos	13.081		
	13.082		**9.217**
Não circulante		**Não circulante**	
Imobilizado	9.790	Passivo de Arrentamento	43.034
Direito de Uso	30.894		
	40.684		**43.034**
		Total do passivo	**52.251**
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	1.515
			1.515
Total do ativo	**53.766**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**53.766**

b. Alocação do preço pago	**Nota explicativa**	**dezembro-25**
Preço à vista		146.638
% adquirido		100%
Preço pago na aquisição		**146.638**
Preço pago alocado		
Ativo Biológico	14	52.255
Plantio (Imobilizado)	15	87.634
Contratos (Direito de Uso)	17	6.749
Alocação		**146.638**

Aquisição seguida de Incorporação - Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda. (ii) Em 16/01/2025, por intermédio de um acordo de compra e venda datado de 12/11/2024, a Companhia adquiriu da Raízen Energia S.A., mediante Cessão e Transferência de Quotas, a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade de sua titularidade denominada "Raízen Califórnia Agrícola Ltda", cujo ato consta registrado na 2ª alteração do contrato social dessa Sociedade e através do qual, também foi alterada a denominação social da Sociedade para "Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda". Em 28/02/2025, mediante 34ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação ("Protocolo de Incorporação") do Patrimônio Líquido da "Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda". A Alta Mogiana Califórnia Agrícola Ltda é uma Sociedade cuja totalidade das quotas são detidas pela Companhia. Abaixo demonstramos o balanço patrimonial da companhia incorporada, e os impactos da alocação do preço pago na Companhia incorporadora em 28/02/2025:

a. Balanço patrimonial da companhia incorporada

Alta Mogiana California Agrícola Ltda. (anteriormente denominada Raízen California Agrícola Ltda.) (Em milhares de reais)

Ativo	janeiro-25 (Não auditado)	Passivo	janeiro-25 (Não auditado)
Circulante		Circulante	
Caixa	10	Passivo de Arrentamento	30.470
Ativos biológicos	39.629		
	39.639		**30.470**
Não circulante		**Não circulante**	
Imobilizado	45.601	Passivo de Arrentamento	110.822
Direito de Uso	111.044		
	156.645		**110.822**
		Total do passivo	**141.292**
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	54.992
			54.992
Total do ativo	**196.284**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**196.284**

b. Alocação do preço pago	**Nota explicativa**	**fevereiro-25**
Preço à vista		383.971
% adquirido		100%
Preço pago na aquisição		**383.971**
Preço pago alocado		
Ativo Biológico	14	115.166
Plantio (Imobilizado)	15	196.312
Contratos (Direito de Uso)	17	72.493
Alocação		**383.971**

Ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes Conflitos geopolíticos Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia. **Reforma tributária** Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática. Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2026. A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/06/2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** – Passivo de parceria agrícola e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 14** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. Nota explicativa nº 17 – Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar e, Taxa de desconto. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da B3 e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. ***Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. ***Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado** *(i)* ***Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais, líquidas, no resultado. *(ii)* ***Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são reconhecidos no resultado como despesa. *(iii)* ***Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de *software*, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados** ***(leasing)*** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas. Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agricultáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. (i) ***Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a da data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de t

Continuação...

11. Estoques e adiantamentos a fornecedores

Produtos acabados:	2026	2025
Açúcar	151.151	93.537
Etanol	18.077	69.686
Materiais em almoxarifados	114.623	90.167
Estoque em poder de terceiros (insumos agrícolas)	102.726	11.489
Outros	702	636
	387.279	**265.515**
Adiantamento a fornecedores		
Adiantamentos (matéria prima cana-de-açúcar)	72.695	50.434
Circulante	**50.257**	**39.098**
Não circulante	**22.438**	**11.336**

A realização dos adiantamentos de fornecedores de cana serão conforme segue:

Prazo	Valor
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	6.645
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	5.379
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	59
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	4.813
A partir de 1º/04/2031 até 31/03/2041	5.542
	22.438

12. Partes relacionadas a. Controladora A controladora da Companhia é a Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira que detém 85,00% de suas ações, que por sua vez é controlada pela JLV Participações S.A., que detém 57,03% de suas ações em 31/03/2026 e 2025. **b. Principais saldos e transações que afetam o balanço** Foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) o direito de uso e o passivo de parceria da Companhia, referente aos contratos de parceria mantidos com partes relacionadas Alta Mogiana Agro S.A. nos exercícios findo em 31/03/2026 no montante de R$ 69.024 (R$ 77.567 em 31/03/2025) vide nota explicativa nº 17. Nesse exercício, a Companhia adquiriu de Raízen Energia S.A., as quotas totais do capital social de sua Sociedade denominada "Raízen Egito Agrícola 4 Ltda". Em seguida, procedeu a alteração da razão social da Sociedade para "Alta Mogiana Egito Agrícola Ltda", bem como de sua subsequente incorporação, cujos impactos no balanço da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 1 *(i)*. No exercício anterior, a Companhia adquiriu de Raízen Energia S.A., as quotas totais do capital social de sua Sociedade denominada "Raízen California Agrícola Ltda". Em seguida, procedeu a alteração da razão social da Sociedade para "Alta Mogiana California Agrícola Ltda", bem como de sua subsequente incorporação, cujos impactos no balanço da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 1 *(ii)*. **c. Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31/03/2026 e 2025 resumem-se substancialmente à compra de cana-de-açúcar da Alta Mogiana Agro S.A. e a venda de vapor industrial para a Central Energética Alta Mogiana S.A. No exercício findo em 31/03/2026, as referidas compras de cana-de açúcar foram de R$ 23.140 (R$ 24.923 em 31/03/2025), e as vendas de vapor industrial foram de R$ 7.123 (R$ 11.448 em 31/03/2025), sendo essas compras e vendas pagas e recebidas durante o exercício. Essas operações estão de acordo com as praticadas no mercado. **d. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, inclui benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31/03/2026, foi de R$ 6.554 (R$ 6.857 em 31/03/2025). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **e. Remuneração aos acionistas** A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado de acordo com o estatuto social, um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. Em 31/03/2026 os dividendos propostos foram de R$ 55.986 (R$ 129.036 em 31/03/2025). Do montante de dividendos propostos do exercício anterior, R$ 94.438 foram pagos em 15/07/2025, e a diferença de R$ 34.598 foi revertida e incorporada para a conta de Lucros Retidos conforme aprovação através da 31ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO") de 23/07/2025. Em 06/01/2025, mediante 33ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 80.000, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros Retidos" dos quais, R$ 40.000 foram pagos dentro do próprio exercício e o restante de R$ 40.000 foi pago nesse exercício, em 09/05/2025. Em 30/04/2025, mediante 36ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 5.000 com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros Retidos", os quais foram pagos em 29/05/2025. Em 01/12/2025, mediante 37ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi proposto e aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R$ 300.000 com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", os quais foram pagos em 15/12/2025. **13. Impostos a recuperar**

	2026	2025
Imposto de Renda - antecipações	32.431	4.347
Contribuição Social - antecipações	12.697	1.507
	45.128	**5.854**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - (ICMS)	29.963	27.216
Pis / Cofins a recuperar	6.466	309
Imposto sobre Produtos Industrializados - (IPI)	499	479
Imposto de Renda Retido na Fonte - (IRRF)	1.637	2.030
	38.565	**30.034**
Total de impostos a recuperar	**83.693**	**35.888**
Circulante	**66.478**	**19.690**
Não circulante	**17.215**	**16.198**

Os créditos de ICMS são oriundos da aquisição de imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto prazo. Todos os impostos são considerados realizáveis, pela administração, no curso normal das operações da Companhia. **14. Ativo biológico** O ativo biológico da Companhia está representado pela cana-de-açúcar destinada a produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado na região norte do Estado de São Paulo. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 63.583 hectares em 31/03/2026 (57.849 hectares em 31/03/2025). **Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo** O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: **Entradas de caixa** obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade da cana-de-açúcar, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo- CONSECANA; **Saídas de caixa** representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo; e **Taxa de desconto** utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado de 8,80% (8,88% em 31/03/2025), líquida de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) são registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e tem como contrapartida o resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. O preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço do futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico encontra-se descrita a seguir:

Em 31 de março de 2024	**206.005**
Em 31 de março de 2024	
Saldo a custo	228.355
Saldo do ajuste a valor justo	(22.350)
Saldo contábil líquido	**206.005**
Adições - tratos culturais	261.395
Adições - incorporação (nota explicativa nº 1 (ii) b.)	115.166
(-) Amortização dos tratos culturais	(231.979)
(-) Amortização valor justo	20.102
(-) Ajuste a valor justo (i)	(272.074)
Em 31 de março de 2025	**98.615**
Em 31 de março de 2025	
Saldo a custo	372.937
Saldo do ajuste a valor justo	(274.322)
Saldo contábil líquido	**98.615**
Adições - tratos culturais	326.166
Adições - incorporação (nota explicativa nº 1 (i) b.)	52.255
(-) Amortização dos tratos culturais	(379.559)
(-) Amortização valor justo	246.214
(-) Ajuste a valor justo	(202.649)
Em 31 de março de 2026	**141.042**
Em 31 de março de 2026	
Saldo a custo	371.798
Saldo do ajuste a valor justo	(230.756)
Saldo contábil líquido	**141.042**

(i) ***A variação no valor justo do ativo biológico de 31/03/2025 contempla os impactos dos incêndios e da seca prolongada ocorridos durante a safra.*** A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: O preço estimado do ATR fosse maior (menor); A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e A taxa de desconto fosse menor (maior). **Análise de sensibilidade do valor justo** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 29.304. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 36.359. As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: ***Riscos regulatórios e ambientais*** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. ***Riscos de oferta e demanda*** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. ***Riscos climáticos e outros*** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas, queimadas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **15. Imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2024	**10.115**	**272.780**	**890.229**	**963.856**	**196.863**	**221.622**	**34.833**	**2.590.298**
Aquisições	-	79.781	81.012	252.681	30.180	46.802	6.674	497.130
Incorporação (nota nº 1(ii))	-	-	-	196.312	-	-	-	196.312
Baixas	-	(29)	(681)	(102.928)	(6.459)	(10.938)	(1.076)	(122.111)
Em 31 de março de 2025	**10.115**	**352.532**	**970.560**	**1.309.921**	**220.584**	**257.486**	**40.431**	**3.161.629**
Aquisições	-	33.099	74.748	171.070	34.737	73.110	6.692	393.456
Incorporação (nota nº 1(i))	-	-	-	87.634	-	-	-	87.634
Baixas	-	(114)	(1.058)	(103.691)	(8.605)	(10.571)	(3.297)	(127.336)
Em 31 de março de 2026	**10.115**	**385.517**	**1.044.250**	**1.464.934**	**246.716**	**320.025**	**43.826**	**3.515.383**

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2024	**-**	**(85.556)**	**(474.229)**	**(336.248)**	**(100.315)**	**(77.030)**	**(21.064)**	**(1.094.442)**
Adição	-	(9.885)	(56.757)	(122.319)	(16.350)	(21.487)	(3.526)	(230.324)
Baixas	-	5	586	102.928	5.744	7.669	994	117.926
Em 31 de março de 2025	**-**	**(95.436)**	**(530.400)**	**(355.639)**	**(110.921)**	**(90.848)**	**(23.596)**	**(1.206.840)**
Adição	-	(13.108)	(62.690)	(193.659)	(19.640)	(26.612)	(4.049)	(319.758)
Baixas	-	111	642	103.691	7.072	7.426	2.420	121.362
Em 31 de março de 2026	**-**	**(108.433)**	**(592.448)**	**(445.607)**	**(123.489)**	**(110.034)**	**(25.225)**	**(1.405.236)**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**10.115**	**257.096**	**440.160**	**954.282**	**109.663**	**166.638**	**16.835**	**1.954.789**
Saldo líquido em 31 de março de 2026	**10.115**	**277.084**	**451.802**	**1.019.327**	**123.227**	**209.991**	**18.601**	**2.110.147**
Taxas médias anuais de depreciação		**3,57%**	**7,66%**	**15,77%**	**10,06%**	**9,59%**	**12,58%**	

a. Reavaliações Proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzidas das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 31/03/2026, totalizaram R$ 1.126 (R$ 1.202 em 31/03/2025). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre referidas reavaliações, em 31/03/2026 é de R$ 4.903 (R$ 5.286 em 31/03/2025) e está classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante os exercícios encerrados em 31/03/2026 e de 2025, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31/03/2026, aproximadamente R$ 4.322 de bens do ativo imobilizado (R$ 35.957 em 31/03/2025) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** Refere-se aos custos de plantio. As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados.

16. Intangível

Custo	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 31 de março de 2024	**15.593**	**33**	**15.626**
Aquisições	1.968	-	1.968
Baixas	(7)	-	(7)
Em 31 de março de 2025	**17.554**	**33**	**17.587**
Aquisições	1.515	-	1.515
Baixas	(1.537)	-	(1.537)
Em 31 de março de 2026	**17.532**	**33**	**17.565**

Amortização	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 31 de março de 2024	**(8.905)**	**-**	**(8.905)**
Adições	(1.971)	-	(1.971)
Baixas	7	-	7
Em 31 de março de 2025	**(10.869)**	**-**	**(10.869)**
Adições	(1.929)	-	(1.929)
Baixas	1.519	-	1.519
Em 31 de março de 2026	**(11.279)**	**-**	**(11.279)**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**6.685**	**33**	**6.718**
Saldo líquido em 31 de março de 2026	**6.253**	**33**	**6.286**
Taxa média anual de amortização	**16,57%**		

17. Direito de uso e parceria agrícola a pagar A movimentação do direito de uso durante o exercício atual foi o seguinte:

Direito de uso	Parceria agrícola	Ajuste a valor presente	Adiantamentos efetuados	Total
Em 31 de março de 2024	**1.035.859**	**(234.502)**	**136.081**	**937.438**
Novos contratos/ renovação contratual	402.016	(141.842)	-	260.174
Incorporação (nota explicativa nº 1(ii) b.)	72.493	-	-	72.493
Remensuração anual	(17.923)	67.462	-	49.539
Compensação de adiantamentos	-	-	(136.081)	(136.081)
Adiantamentos efetuados	-	-	160.467	160.467
Depreciação	(247.172)	11.029	-	(236.143)
Em 31 de março de 2025	**1.245.273**	**(297.853)**	**160.467**	**1.107.887**
Novos contratos/ renovação contratual	360.762	(159.687)	-	201.075
Incorporação (nota explicativa nº 1(i) b.)	6.749	-	-	6.749
Realização anual da incorporação	(18.861)	-	-	(18.861)
Remensuração anual	(99.149)	94.724	-	(4.425)
Compensação de adiantamentos	-	-	(160.467)	(160.467)
Adiantamentos efetuados	-	-	195.203	195.203
Depreciação	(260.713)	14.312	-	(246.401)
Em 31 de março de 2026	**1.234.061**	**(348.504)**	**195.203**	**1.080.760**
Vida útil (anos)	1 a 32			

A movimentação de parceria agrícola a pagar durante o exercício atual foi a seguinte:

Parceria agrícola a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Total
Em 31 de março de 2024	**1.035.859**	**(234.502)**	**801.357**
Novos contratos/ renovação contratual	402.016	(141.842)	260.174
Remensuração anual	(17.923)	67.462	49.539
Apropriação encargos financeiros	-	11.029	11.029
Pagamentos efetuados	(247.172)	-	(247.172)
Em 31 de março de 2025	**1.172.780**	**(297.853)**	**874.927**
Novos contratos/ renovação contratual	360.762	(159.687)	201.075
Remensuração anual	(99.149)	94.724	(4.425)
Apropriação encargos financeiros	-	14.312	14.312
Pagamentos efetuados	(260.713)	-	(260.713)
Em 31 de março de 2026	**1.173.680**	**(348.504)**	**825.176**
Passivo circulante			**267.357**
Passivo não circulante			**557.819**
			825.176

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 1º/04/2027 a 31/03/2028	193.367
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	140.374
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	98.461
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	54.853
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	29.210
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	15.625
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	6.672
De 1º/04/2034 a 31/03/2035	4.874
A partir de 1º/04/2035	14.383
	557.819

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica.

Vigência dos Contratos	Taxa Incremental
2 anos	10,71%
3 anos	12,06%
4 anos	12,86%
5 anos	13,37%
6 anos	13,93%
7 anos	13,72%
8 anos	14,40%
9 anos	14,47%
10 a 32 anos	14,53%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 31/03/2026, o valor de R$ 69.024 referente a contratos com a parte relacionada Alta Mogiana Agro S.A. (R$ 77.567 em 31/03/2025) vide nota explicativa nº 12b. **18. Fornecedores**

	2026	2025
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	142.329	50.656
Fornecedores de cana-de-açúcar	6.110	25.731
	148.439	**76.387**

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 27. **19. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2026	2025
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
BNDES:				
PCA (a)	Juros médios ponderados de 3,50 ao ano (2026 e 2025)	jul/29	4.741	5.925
Programa ABC (b)	Juros médios ponderados de 6,35% ao ano (juros médios ponderados em 2025 de 6,30% ao ano)	jul/29	7.045	10.912
Programa Mais Inovação (c)	Juros médios ponderados de 10,14% ao ano (juros médios ponderados em 2025 de 7,89% ao ano)	jan/31	49.216	20.006
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 5,41% ao ano (juros médios ponderados em 2025 de 5,47% ao ano)	dez/29	228.835	268.560
Em moeda nacional:				
Cédula de Produto Rural Financeira e Cédula de Crédito Bancário	Variação de 100% do CDI e juros médios ponderados de 0,76% ao ano (juros médios ponderados em 2025 de 0,90% ao ano)	dez/32	643.004	20.870
			932.841	**326.273**
Passivo circulante			**67.779**	**38.036**
Passivo não circulante			**865.062**	**288.237**
Total em moeda nacional			**704.006**	**57.713**
Total em moeda estrangeira			**228.835**	**268.560**

(a) **PCA** - financiamento destinado a apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; (b) **Programa ABC** - financiamento destinado à investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias. (c) **Programa Mais Inovação** - financiamento destinado à investimentos em inovação e ou digitalização. Durante o exercício encerrado em 31/03/2026, a Companhia realizou captação de recursos através da emissão de Cédulas de Produto Rural Financeiras (CPRs-F), com o objetivo principal de fortalecimento de seu capital de giro, permitindo a manutenção das atividades operacionais correntes e o financiamento do ciclo produtivo da cultura da cana-de-açúcar. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em montantes de acordo com o valor de mercado destes bens, notas promissórias, títulos federais e avais de diretores e acionistas. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2026	2025
A partir de abril de 2026	-	36.637
2027	83.872	84.473
2028	130.196	84.019
2029	229.287	83.108
2030	182.041	-
2031 até dezembro de 2032	239.666	-
	865.062	**288.237**

Covenants A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros, tais como razão da dívida líquida pelo ebtida menor ou igual a 4 e liquidez corrente maior ou igual a 1,00, as quais são exigidas e avaliadas anualmente, e estão em conformidade nas demonstrações financeiras atuais. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa da dívida estão apresentadas na nota explicativa nº 31.b. **20. Adiantamentos de clientes** Os adiantamentos de clientes correspondem substancialmente a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de etanol e de açúcar, sobre os quais não incidem encargos financeiros, cujo montante em 31/03/2026 é de R$ 2.941 (R$ 5.899 em 31/03/2025). **21. Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante (exigível a longo prazo), tendo em vista a expectativa de desfecho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2026	2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	31.288	43.633
(-) Depósito judicial - ICMS	(2.795)	(2.795)
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	9.656	9.986
(-) Depósito judicial - COFINS	(3.771)	(4.419)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (iii)	1.083	1.083
(-) Depósito judicial - INSS	(1.083)	(1.083)
	34.378	**46.405**

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (i) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compensações de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que há o direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 31/03/2026, a Companhia obteve sentenças favoráveis e efetuou reversão dos AIIM nº 4.104.740-0; 4.106.170-6 e 4.142.791-9, que resultou na contabilização de: reversão do imposto no montante de R$ 8.037 e de juros no montante de R$ 5.897. No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia efetuou transação do AIIM nº 4.025.866-0, que resultou na contabilização de: reversão de juros no montante de R$ 1.116; honorários advocatícios de R$ 63 e multa de R$ 81, além de pagamento em parcela única no montante de R$ 696. (ii) COFINS referente, substancialmente, a auto de infração relativo a contribuições não recolhidas no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, sobre receitas de venda de etanol carburante, em função de determinação da Constituição Federal, que estabelece que nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 3.771 (R$ 4.419 em 31/03/2025). A provisão compreende também os efeitos da majoração da alíquota, bem como a inclusão das outras receitas na base de cálculo da COFINS, devido à inconstitucionalidade da EC nº 20/98 e da Lei 9.718/98. No exercício findo em 31/03/2026, a Companhia obteve êxito parcial do processo nº 13858.000579/2002-41 relativo à discussão de glosa de créditos de COFINS, resultando na contabilização de reversão do ganho no montante de R$ 354. Esse processo estava garantido por depósito judicial no montante de R$ 648, dos quais, R$ 294 foi levantado pela União para liquidação do mesmo e a diferença no montante de R$ 354 foi remanejado para outro processo de COFINS. No exercício findo em 31/03/2025, a Companhia obteve êxito no processo 0001769-13.2003.4.03.6113 relativo à discussão de COFINS incidente sobre outras receitas, resultando na contabilização de reversão do mesmo, no montante de R$ 656. Tal processo possuía depósito judicial, o qual foi remanejado para outro processo de COFINS, resultando em movimentação na conta de depósito judicial desse tributo no montante de R$ 1.425, relativo à contabilização da atualização do mesmo. (iii) INSS refere-se substancialmente, a autos de infração e imposição de multa relacionados a Contribuição Previdenciária, rubricas Rat/Sat; Rural e Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e indiretas efetuadas em 2008 e 2009. (a) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a reclamações de ex-funcionários da Companhia. b) Depósitos judiciais - A Companhia ainda mantém registrado no ativo não circulante, em 31/03/2026 o montante de R$ 8.007 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências, uma vez que o risco de perda foi classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 6.463 em 31/03/2025). (c) Contingências classificadas como possível - A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como de possível perda, foram estimadas como segue:

	2026	2025
Cível	6.603	6.078
Trabalhista	11.329	8.808
Tributária		
Contrib. para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13.331	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	10.736	8.336
Outros	1.680	2.498
	43.679	**25.720**

As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

Em 31 de março de 2024	**47.989**
Movimentação dos depósitos judiciais	(1.425)
Juros e multas	2.309
Reversão / Pagamentos	(2.468)
Em 31 de março de 2025	**46.405**
Movimentação dos depósitos judiciais	648
Juros e multas	1.907
Reversão / Pagamentos	(14.582)
Em 31 de março de 2026	**34.378**

22. Imposto de renda e contribuição social a. Composição dos tributos diferidos

	2026 (12 meses)	Movimentação no resultado do exercício	2025 (12 meses)	Movimentação no resultado do exercício	2024 (12 meses)
Créditos tributários:					
Imposto de renda sobre:					
Prejuízos fiscais	36.081	(7.772)	43.853	43.853	-
Operações com perdas em derivativos	63.668	19.437	44.231	44.231	-
Variação cambial passiva	31.660	3.083	28.577	(9.554)	38.131
Ativo biológico	57.688	(10.892)	68.580	62.192	6.388
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	3.310	(2.072)	5.382	(167)	5.549
	192.407	**1.784**	**190.623**	**140.555**	**50.068**
Contribuição social sobre:					
Base de cálculo negativa acumulada	12.989	(2.798)	15.787	15.787	-
Operações com perdas em derivativos	22.920	6.997	15.923	15.923	-
Variação cambial passiva	11.398	1.110	10.288	(3.439)	13.727
Ativo biológico	20.768	(3.921)	24.689	22.389	2.300
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	394	(584)	978	(11)	989
	68.469	**804**	**67.665**	**50.649**	**17.016**
Total dos créditos tributários	**260.876**	**2.588**	**258.288**	**191.204**	**67.084**
Débitos tributários:					
Imposto de renda sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	3.606	(281)	3.887	(300)	4.187
Operações com ganhos em derivativos	92.843	36.015	56.828	47.524	9.304
Depreciação acelerada incentivada	337.096	29.458	307.638	88.991	218.647
Variação cambial ativa	38.773	8.824	29.949	(18.627)	48.576
Ativo biológico	-	-	-	(800)	800
	472.318	**74.016**	**398.302**	**116.788**	**281.514**
Contribuição social sobre:					
Ajuste de avaliação patrimonial	1.298	(101)	1.399	(108)	1.507
Operações com ganhos em derivativos	33.423	12.965	20.458	17.108	3.350
Depreciação acelerada incentivada	121.355	10.605	110.750	32.037	78.713
Variação cambial ativa	13.959	3.177	10.782	(6.705)	17.487
Ativo biológico	-	-	-	(288)	288
	170.035	**26.646**	**143.389**	**42.044**	**101.345**
Total dos débitos tributários	**642.353**	**100.662**	**541.691**	**158.832**	**382.859**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**381.477**	**98.074**	**283.403**	**(32.372)**	**315.775**

Expectativa de realização Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societ

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise acima. A tabela acima mostra a sensibilidade do resultado operacional da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. A paridade de moeda incluída na análise é: US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: Passivos financeiros em moeda estrangeira; Ativos financeiros em moeda estrangeira; e Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio. **27.2.3** ***Análise de sensibilidade - Risco de commodities***

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Instrumentos derivativos:							
Açúcar:							
Posição Comprada	572.317	57.232	(57.232)	143.079	(143.079)	286.159	(286.159)
Posição Vendida	503.293	(50.329)	50.329	(125.823)	125.823	(251.647)	251.647
Etanol:							
Posição Comprada	4.161	416	(416)	1.040	(1.040)	2.081	(2.081)
Posição Vendida	16.398	(1.640)	1.640	(4.100)	4.100	(8.199)	8.199
Impacto no resultado operacional		**5.679**	**(5.679)**	**14.196**	**(14.196)**	**28.394**	**(28.394)**

Foram incluídos na análise o valor de referência (nocional) dos instrumentos derivativos das commodities contratadas. A tabela acima mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional da Companhia para as possíveis variações dos preços das commodities contratadas. A análise baseia-se: Tela dos contratos de açúcar NY (ICE Futures US); Tela dos contratos de açúcar LN (ICE Futures Europe); Os contratos futuros e de opções de preços das *commodities* contratadas foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. *Gerenciamento de risco financeiro* Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; e Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. *Estrutura de gerenciamento de risco* **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados de contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	9	502.698	468.107
Aplicações financeiras	9.a	4.557	3.051
Contas a receber de clientes	10	176.156	203.599
Adiantamentos a fornecedores	11	72.695	50.434
Instrumentos financeiros	27	121.346	64.392
Depósitos judiciais	21	8.007	6.463
Outras contas a receber		65.458	14.086
		950.917	**810.132**

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras (considerados bancos de primeira linha). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

						2026
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	502.698	502.698	-	-	-	-
Aplicações financeiras	4.557	4.557	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	121.346	121.346	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	176.156	176.156	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	72.695	25.129	25.128	6.645	10.251	5.542
Depósitos judiciais	8.007	-	-	-	8.007	-
Outras contas a receber	65.458	65.458	-	-	-	-
	950.917	**895.344**	**25.128**	**6.645**	**18.258**	**5.542**
Passivos						
Fornecedores	148.439	148.439	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	932.841	43.446	24.333	83.872	541.524	239.666
Dividendos Propostos	55.986	55.986	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	825.176	133.679	133.678	193.367	293.688	70.764
Instrumentos financeiros	3.588	3.588	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.016	2.016	-	-	-	-
	1.968.046	**387.154**	**158.011**	**277.239**	**835.212**	**310.430**

						2025
Ativos	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e equivalentes de caixa	468.107	468.107	-	-	-	-
Aplicações financeiras	3.051	3.051	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	64.392	64.392	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	203.599	203.599	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	50.434	19.549	19.549	4.717	6.619	-
Depósitos judiciais	6.463	-	-	-	6.463	-
Outras contas a receber	14.086	14.086	-	-	-	-
	810.132	**772.784**	**19.549**	**4.717**	**13.082**	**-**
Passivos						
Fornecedores	76.387	76.387	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	326.273	25.862	12.174	36.637	251.600	-
Dividendos Propostos	169.036	169.036	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	874.927	135.038	135.037	202.974	329.469	72.409
Instrumentos financeiros	20.202	20.202	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.954	1.954	-	-	-	-
	1.468.779	**428.479**	**147.211**	**239.611**	**581.069**	**72.409**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **Risco de mercado** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. ***Risco de taxas de câmbio*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Para minimizar este risco a Companhia procura conciliar suas exportações em moeda estrangeira com a exposição ao risco de taxas de câmbio geradas pelos passivos em moeda estrangeira. ***Risco de taxas de juros*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais. ***Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos*** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. *Instrumentos financeiros* Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Ativos	**Nota**	**2026**	**2025**
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	502.698	468.107
Aplicações financeiras	9.a	4.557	3.051
Contas a receber de clientes	10	176.156	203.599
Adiantamentos a fornecedores	11	72.695	50.434
Depósitos judiciais	21	8.007	6.463
Outras contas a receber		65.458	14.086
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	27	121.346	64.392
Total		**950.917**	**810.132**
Passivos	**Nota**	**2026**	**2025**
Custo amortizado			
Fornecedores	18	148.439	76.387
Empréstimos e financiamentos	19	932.841	326.273
Parceria agrícola a pagar	17	825.176	874.927
Dividendos propostos	23.d	55.986	169.036
Outras contas a pagar		2.016	1.954
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.588	20.202
Total		**1.968.046**	**1.468.779**

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **Gestão de capital** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de alavancagem financeira. Estes índices correspondem substancialmente à dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	2026	**2025**
Total dos empréstimos junto à instituições financeiras (Nota explicativa nº 19)	932.841	326.273
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(502.698)	(468.107)
Menos: aplicações financeiras (Nota 9.a)	(4.557)	(3.051)
Dívida líquida	**425.586**	**(144.885)**
Total do patrimônio líquido	**2.331.802**	**2.422.461**
Total do capital	**2.757.388**	**2.277.576**
Índice de alavancagem financeira - %	**15**	**(6)**

Valor justo versus valor contábil Para todas as operações, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. ***Hierarquia de valor justo*** A nota explicativa nº 5.c fornece um resumo dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. ***Apuração do valor justo*** **Nível 1** - São classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. **Nível 2** - São classificados nesse nível operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas junto a instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelo método de fluxo de caixa futuro da operação, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, extraídas da B3. **Nível 3** - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

			2026			**2025**
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	121.346	-	-	64.392	-
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.588	-	-	20.202	-

Instrumentos financeiros derivativos A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e de flutuações nos preços de mercado de seus produtos. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela B3. **28. Lucro líquido básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e o valor por ação e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico em 31/03/2026 e 2025, respectivamente.

Básico e diluído	**2026**	**2025**
Lucro líquido do exercício	235.729	543.309
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	15.384	15.384
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	**15,32**	**35,32**

Para os exercícios findos em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **29. Compromissos** Em 31/03/2026, a Companhia possui contratos com parceiros e fornecedores de cana-de-açúcar, com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 15.749 mil toneladas de cana-de-açúcar (11.977 mil em 31/03/2025), sendo 3.676 mil toneladas de cana-de-açúcar na próxima safra, 12.073 mil toneladas de cana-de-açúcar para as safras seguintes, que serão valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA- SP. Adicionalmente, a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 105.000 toneladas de açúcar cristal branco (120.000 toneladas de açúcar cristal branco em 31/03/2025). Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra, com clientes para o fornecimento no mercado interno de cerca de 425.000 toneladas de açúcar cristal branco (300.000 toneladas em 31/03/2025). Em 31/03/2026 não existe compromisso firmado com clientes para o fornecimento de etanol. **30. Cobertura de seguros** A Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31/03/2026, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Cobertura Máxima**
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	300.000
Veículos	Danos materiais, pessoais e casco	4.300

31 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa a. Venda de imobilizado

	2026	**2025**
Valor contábil líquido (Nota explicativa nº 15 e 16)	5.992	4.185
Lucro da alienação de imobilizado (Nota explicativa nº 25)	(443)	1.754
Valores recebidos na alienação de imobilizado	5.549	5.939

b. Reconciliação da dívida

	Empréstimos bancários		
	Circulante	**Não circulante**	**Total da dívida**
Total em 31 de março de 2024	**155.905**	**266.381**	**422.286**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(26.888)	-	(26.888)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(294.784)	-	(294.784)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	155.437	155.437
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Variações monetárias / cambiais	23.017	24.706	47.723
Transferências para o circulante	158.287	(158.287)	-
Juros e encargos	22.499	-	22.499
Total em 31 de março de 2025	**38.036**	**288.237**	**326.273**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(47.401)	-	(47.401)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(27.428)	-	(27.428)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	638.527	638.527
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Variações monetárias / cambiais	(947)	(21.332)	(22.279)
Transferências para o circulante	40.407	(40.407)	-
Juros e encargos	65.112	37	65.149
Total em 31 de março de 2026	**67.779**	**865.062**	**932.841**

32. Eventos subsequentes Em 23/04/2026, por intermédio de um acordo de compra e venda datado de 17/10/2025, a Companhia adquiriu da Usina Bazan S/A, mediante Cessão e Transferência de Quotas, a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade de sua titularidade denominada "Bazan II Holding Ltda", cujo ato consta registrado na 1ª alteração do contrato social dessa Sociedade e através do qual, também foi alterada a denominação social da Sociedade para "Alta Mogiana Agrícola Ltda". Em 30/04/2026, mediante a 40ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação ("Protocolo de Incorporação") do Patrimônio Líquido da "Alta Mogiana Agrícola Ltda". A Alta Mogiana Agrícola Ltda é uma Sociedade cuja totalidade das quotas são detidas pela Companhia. Abaixo demonstramos o balanço patrimonial da companhia incorporada, e os impactos da alocação do preço pago na Companhia incorporadora em 30/04/2026: **a. Balanço patrimonial da companhia incorporada**

Alta Mogiana Agrícola Ltda.

(anteriormente denominada Bazan II Holding Ltda.) (Em milhares de reais)

Ativo	**abril-26 (Não auditado)**	**Passivo**	**abril-26 (Não auditado)**
Circulante		**Circulante**	**-**
Ativos biológicos	6.149		-
	6.149		
Não circulante		**Não circulante**	**-**
Imobilizado	21.862		-
	21.862		
		Total do passivo	**-**
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	28.011
			28.011
Total do ativo	**28.011**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**28.011**

b. Alocação do preço pago	**abril-26**
Preço à vista	62.024
% adquirido	100%
Preço pago na aquisição	**62.024**
Preço pago alocado	
Ativo Biológico	6.982
Plantio (Imobilizado)	55.042
Alocação	**62.024**

A Diretoria

Carlos Eduardo Lima Nozella - Contador CRC 1SP253467/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool** São Joaquim da Barra – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 22 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP
Aline Peres Eleutério
Contadora CRC 1SP295291/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 33A9-7077-1AA4-7E11.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/07/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 33A9-7077-1AA4-7E11.

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 22 de junho de 2026

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.327.410	1.498.294
Contas a receber de clientes	9	124.527	252.443
Estoques	10	336.827	348.922
Ativos biológicos	13	405.585	581.213
Impostos a recuperar	12	69.864	44.786
Instrumentos financeiros derivativos	24	38.824	6.332
Outras contas a receber		6.774	16.472
Total do ativo circulante		**2.309.811**	**2.748.462**
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	21.282	28.339
Depósitos judiciais e depósito em caução	18.a	139.548	128.286
Outros Investimentos		896	896
		161.726	**157.521**
Imobilizado	14	2.607.418	2.523.220
Intangível		4.026	4.376
Direito de uso	17	1.679.083	1.883.565
Total do ativo não circulante		**4.452.253**	**4.568.682**
Total do ativo		**6.762.064**	**7.317.144**

Passivo	Nota	2026	2025
Circulante			
Fornecedores	16	88.127	92.492
Empréstimos e financiamentos	15	267.921	295.994
Parceria agrícola a pagar	17	328.814	372.727
Arrendamentos a pagar	17	35.202	33.328
Salários e encargos sociais		94.456	85.476
Tributos a recolher		8.833	16.001
Imposto de renda e contribuição Social a pagar	19	1.786	20.126
Dividendos propostos a pagar	20.d	204.708	308.753
Total do passivo circulante		**1.029.847**	**1.224.897**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	26.394	282.647
Parceria agrícola a pagar	17	1.106.365	1.226.229
Arrendamentos a pagar	17	105.793	152.227
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	464.973	465.403
Provisão para contingências	18	13.948	15.029
Total do passivo não circulante		**1.717.473**	**2.141.535**
Total do passivo		**2.747.320**	**3.366.432**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		3.100.000	1.650.000
Ajuste de avaliação patrimonial		11.905	13.298
Reservas de lucros		902.839	2.287.414
Total do patrimônio líquido		**4.014.744**	**3.950.712**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.762.064**	**7.317.144**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	**21**	**3.682.071**	**3.997.782**
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	(140.921)	(67.896)
Custos dos produtos vendidos	22	(2.323.547)	(2.212.178)
Lucro bruto		**1.217.603**	**1.717.708**
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(225.565)	(205.589)
Gerais e administrativas	22	(110.620)	(105.752)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	17.413	62.292
		(318.772)	(249.049)
Lucro antes do resultado financeiro		**898.831**	**1.468.659**
Despesas financeiras	23	(66.649)	(98.465)
Receitas financeiras	23	226.166	175.701
Derivativos	23	162.825	(117.570)
Variações cambiais, líquidas	23	27.677	(58.463)
Resultado financeiro		**350.019**	**(98.797)**
Lucro antes dos impostos		**1.248.850**	**1.369.862**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(387.351)	(340.042)
Diferido	19	430	17.560
Lucro líquido do exercício		**861.929**	**1.047.380**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)	25	28,49	34,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	861.929	1.047.380
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**861.929**	**1.047.380**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2024		**1.200.000**	**14.970**	**229.685**	**1.846.322**	**-**	**3.290.977**
Aumento de capital social com lucros retidos	20.a	450.000	-	-	(450.000)	-	-
Reversão de dividendos propostos	20.d	-	-	-	81.108	-	81.108
Dividendos distribuidos	20.d	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Realização do custo atribuído	20.c	-	(1.672)	-	1.672	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.047.380	1.047.380
Destinações:							
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	52.369	-	(52.369)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(248.753)	(248.753)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	-	746.258	(746.258)	-
Em 31 de março de 2025		**1.650.000**	**13.298**	**282.054**	**2.005.360**	**-**	**3.950.712**
Aumento de capital social com lucros retidos	20.a	1.450.000	-	(282.054)	(1.167.946)	-	-
Reversão de dividendos propostos	20.d	-	-	-	106.811	-	106.811
Dividendos distribuidos	20.d	-	-	-	(700.000)	-	(700.000)
Realização do custo atribuído	20.c	-	(1.393)	-	1.393	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	861.929	861.929
Destinações:							
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	43.096	-	(43.096)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(204.708)	(204.708)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	-	614.125	(614.125)	-
Em 31 de março de 2026		**3.100.000**	**11.905**	**43.096**	**859.743**	**-**	**4.014.744**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		861.929	1.047.380
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		431.722	406.708
Valor residual das baixas do ativo imobilizado		5.509	10.669
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(430)	(17.560)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	19	387.351	340.042
Resultado não realizado com instrumentos financeiros		(37.702)	(4.390)
Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos		672	89
Provisão (reversão da provisão) para contingências, líquidas		(1.081)	(381)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		(1.945)	124.691
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos		(18.759)	354
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	13	645.196	598.734
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	140.921	67.896
Depreciação do direito de uso	17	383.558	393.245
Ajuste a valor presente	17	21.677	22.064
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		127.244	(46.030)
Estoques		12.095	93.972
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		(11.815)	13.010
Depósitos judiciais e depósito em caução		1.291	(827)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros		14.908	54.702
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(13.884)	(49.827)
Salários e encargos sociais		8.980	5.025
Tributos a recolher		(7.168)	6.403
Imposto de renda e contribuição social a pagar		35.035	(107.345)
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros		-	(3.552)
		2.985.304	2.955.072
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(440.726)	(422.920)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	29	(38.668)	(54.708)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.505.910**	**2.477.444**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação de recursos em ativo biológico	13	(610.489)	(645.196)
Aplicação de recursos em imobilizado	14	(520.673)	(643.439)
Aplicação de recursos em intangível		(405)	(1.431)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.131.567)**	**(1.290.066)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		22.360	-
Amortização de parceria e arrendamentos agrícolas	17	(399.572)	(425.293)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	29	(266.073)	(287.370)
Dividendos pagos	11.e	(901.942)	(341.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(1.545.227)**	**(1.054.180)**
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**(170.884)**	**133.198**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.498.294**	**1.365.096**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.327.410**	**1.498.294**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente/SP, Colorado/PR, Santo Inácio/PR e Florestópolis/PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º/04 e termina em 31/03 de cada ano. **Ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes Conflitos geopolíticos** Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia. **Reforma tributária** Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática. Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2026. A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis. **2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/06/2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6. **3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como ativos biológicos e instrumentos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) os quais são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** - Passivo de parceria agrícola e arrendamento e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogações. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 18** - Provisões para contingências. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 13** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 14** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota explicativa nº 17** – Direito de uso, Parceria e Arrendamento agrícola a pagar, taxa de desconto; e **Nota explicativa nº 19** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. ***(i) Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos*** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F e *NYBOT*. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) – vide nota explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros. ***(iv) Passivos financeiros não derivativos*** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***(v) Outros passivos financeiros não derivativos*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado** ***(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa no período em que ocorrem. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas médias anuais utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (leasing)** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. ***Como arrendatário*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento e parceria agrícola é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são realizados de acordo com a variação do preço do Consecana-SP. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé), é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze, de dezoito meses e de dois verões. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 13. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **h. Instrumentos financeiros** ***(i) Ativos financeiros*** Os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado* Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31/03/2026 e 2025, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculadas a contratos de empréstimos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. *b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. ***(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. ***(iii) Passivos financeiros*** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. *b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado* Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida*** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 24. ***(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros*** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 57.279. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 48.200. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **a. Riscos regulatórios e ambientais** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **c. Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **14. Ativo Imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de março de 2024	**16.660**	**313.805**	**1.317.244**	**1.922.393**	**376.547**	**424.106**	**36.792**	**9.322**	**1.625**	**4.418.494**
Aquisições	-	6.755	94.133	355.925	22.557	18.442	3.227	142.092	308	643.439
Baixas	(6.806)	(105)	(2.591)	(210.843)	(7.023)	(11.577)	(1.309)	-	(204)	(240.458)
Transferências	-	729	(912)	-	112	25	63	(17)	-	-
Em 31 de março de 2025	**9.854**	**321.184**	**1.407.874**	**2.067.475**	**392.193**	**430.996**	**38.773**	**151.397**	**1.729**	**4.821.475**
Aquisições	-	4.937	69.826	383.524	24.931	32.558	2.319	2.227	351	520.673
Baixas	-	-	(730)	(587.118)	(9.306)	(12.883)	(784)	-	(163)	(610.984)
Transferências	-	106	151.197	-	7	121	(225)	(151.205)	(1)	-
Em 31 de março de 2026	**9.854**	**326.227**	**1.628.167**	**1.863.881**	**407.825**	**450.792**	**40.083**	**2.419**	**1.916**	**4.731.164**

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de março de 2024	**-**	**(103.421)**	**(747.360)**	**(786.587)**	**(214.705)**	**(242.692)**	**(26.723)**	**-**	**(357)**	**(2.121.845)**
Adições	-	(7.463)	(49.809)	(294.389)	(17.943)	(33.738)	(2.748)	-	(109)	(406.199)
Baixas	-	23	2.515	210.843	3.751	11.387	1.270	-	-	229.789
Transferências	-	(8)	151	-	(136)	(1)	(6)	-	-	-
Em 31 de março de 2025	**-**	**(110.869)**	**(794.503)**	**(870.133)**	**(229.033)**	**(265.044)**	**(28.207)**	**-**	**(466)**	**(2.298.255)**
Adições	-	(7.606)	(62.115)	(305.683)	(18.191)	(34.281)	(2.983)	-	(107)	(430.966)
Baixas	-	-	575	587.118	4.884	12.163	735	-	-	605.475
Transferências	-	-	(34)	-	-	-	34	-	-	-
Em 31 de março de 2026	**-**	**(118.475)**	**(856.077)**	**(588.698)**	**(242.340)**	**(287.162)**	**(30.421)**	**-**	**(573)**	**(2.123.746)**
Saldo líquido em 31 de março de 2025	**9.854**	**210.315**	**613.371**	**1.197.342**	**163.160**	**165.952**	**10.566**	**151.397**	**1.263**	**2.523.220**
Saldo líquido em 31 de março de 2026	**9.854**	**207.752**	**772.090**	**1.275.183**	**165.485**	**163.630**	**9.662**	**2.419**	**1.343**	**2.607.418**
Taxas médias anuais de depreciação		**de 1% a 7%**	**de 1% à 33%**	**20%**	**de 4% à 20%**	**de 5% à 20%**	**de 1% à 20%**			

a. Reavaliações Proveniente de reavaliação espontânea registrada em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados, debitados ao resultado do exercício findo em 31/03/2026, montam a R$ 2.239 (R$ 2.660 em 31/03/2025). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. O saldo do imposto de renda diferido sobre referidas reavaliações, em 31/03/2026, é de R$ 7.884 (R$ 8.730 em 31/03/2025) classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Lavouras de cana-de-açúcar** Refere-se aos custos de plantio. As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados. **d. Imobilizações em andamento** Refere-se a montagem de equipamentos industriais que entrarão em atividade na safra 2026/2027 e foram adquiridos com recursos próprios. **15. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2026	2025
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
. FINAME	juros médios de 9,64% ao ano (2025 - juros médios de 3,94%)	janeiro-31	29.860	8.180
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
. Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 6,85%, inclusa a variação da Sofr (2025 - juros médios de 7,13%, inclusa a variação da Sofr)	outubro-26	103.679	228.880
. Pré-pagamentos	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 2,70% (2026 e 2025)	outubro-26	37.284	82.037
. Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juro fixo de 4,05% ao ano (2026 e 2025)	agosto-26	59.522	130.969
Financiamento Agrícola				
Em moeda nacional:				
. CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	CDI + juros médios de 0,90% ao ano (2026 e 2025)	novembro-26	63.970	127.796
. Custeio agrícola - Resolução 2471/98	Fixo em real e juro anual de 3,00% ao ano (2025)	outubro-25	-	779
			294.315	**578.641**
Passivo circulante			**267.921**	**295.994**
Passivo não circulante			**26.394**	**282.647**
Total em moeda nacional			**93.830**	**136.755**
Total em moeda estrangeira			**200.485**	**441.886**
Outros			8.670	7.718
			198.133	180.517

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2026	2025
2027		277.500
2028	7.595	1.471
2029 à 2031	18.799	3.676
	26.394	282.647

Os financiamentos estão garantidos por avais de acionistas. A avaliação de sensibilidade consta na nota explicativa nº 24.2. A movimentação da reconciliação da dívida está apresentada na nota explicativa **nº** 29. *Covenants* A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas, vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros tais como razão da dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 4 e liquidez corrente maior ou igual a 1,00, as quais são exigidas e avaliadas anualmente, e estão em conformidade nas demonstrações financeiras atuais. **16. Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes preponderantemente na aquisição de materiais e serviços.

	2026	2025
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	88.127	86.890
Fornecedores de cana	-	5.602
	88.127	92.492

17. Direito de uso, parceria a pagar e arrendamentos a pagar A movimentação do direito de uso encontra-se descrita a seguir:

Direito de uso	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Saldo de adiantamentos	Total
31 de março de 2024	**1.647.149**	**185.680**	**114.464**	**1.947.293**
Compensação de adiantamentos	-	-	(98.789)	(98.789)
Novos contratos/atualização contratual	297.749	-	-	297.749
Remensuração anual	10.443	(9.008)	-	1.435
Adiantamentos efetuados	-	-	129.122	129.122
Depreciação	(378.007)	(15.238)	-	(393.245)
31 de março de 2025	**1.577.334**	**161.434**	**144.797**	**1.883.565**
Compensação de adiantamentos	-	-	(121.732)	(121.732)
Novos contratos/atualização contratual	341.809	-	-	341.809
Remensuração anual	(157.524)	(16.533)	-	(174.057)
Adiantamentos efetuados	-	-	133.056	133.056
Depreciação	(365.709)	(17.849)	-	(383.558)
31 de março de 2026	**1.395.910**	**127.052**	**156.121**	**1.679.083**
Vida útil (anos)	1 a 12	15		

A movimentação de parceria agrícola e arrendamentos agrícola a pagar encontra-se descrita a seguir:

Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	Saldo dos compromissos	Ajuste a valor presente	Total
Em 31 de março de 2024	**2.593.138**	**(733.810)**	**1.859.328**
Novos contratos/atualização contratual	548.144	(250.395)	297.749
Remensuração anual	(151.177)	181.840	30.663
Pagamentos efetuados	(425.293)	-	(425.293)
Apropriação de encargos financeiros	-	22.064	22.064
Em 31 de março de 2025	**2.564.812**	**(780.301)**	**1.784.511**
Novos contratos/atualização contratual	675.966	(334.157)	341.809
Remensuração anual	(427.407)	255.156	(172.251)
Pagamentos efetuados	(399.572)	-	(399.572)
Apropriação de encargos financeiros	-	21.677	21.677
Em 31 de março de 2026	**2.413.799**	**(837.625)**	**1.576.174**
Passivo circulante			364.016
Passivo não circulante			1.212.158
			1.576.174

Composição do saldo de longo prazo por exercício:

De 01/04/2027 a 31/03/2028	296.938
De 01/04/2028 a 31/03/2029	246.561
De 01/04/2029 a 31/03/2030	186.229
De 01/04/2030 a 31/03/2031	141.951
De 01/04/2031 a 31/03/2032	106.535
De 01/04/2032 a 31/03/2033	77.122
De 01/04/2033 a 31/03/2034	56.194
De 01/04/2034 a 31/03/2035	41.951
A partir de 01/04/2035	58.677
	1.212.158

Vigência dos contratos	Taxa Incremental
2 anos	10,7%
3 anos	12,1%
4 anos	12,9%
5 anos	13,4%
6 anos	13,9%
7 anos	13,7%
8 anos	14,4%
9 anos	14,5%
10 a 32 anos	14,5%

No saldo de parceria agrícola a pagar demonstrado no quadro anterior, está considerado em 31/03/2026, o valor de R$ 70.079 (R$ 84.287 em 31/03/2025) referente a contratos com as partes relacionadas, Alto Alegre Agro S.A. e Lincoln Junqueira Agro S.A.. **18. Provisão para contingências** A administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e reclamações trabalhistas. Quando aplicável, esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2026	2025
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (ii)	17.789	17.789
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	629	629
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (i)	607	573
Contingências trabalhistas (iii)	18.962	20.439
(-) Depósitos judiciais	(24.039)	(24.401)
	13.948	15.029

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: i. INSS relacionado, substancialmente, a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores rurícolas em períodos diversos. ii. INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o reconhecimento da revogação da contribuição ao INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA com a Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da desigualdade de alíquotas entre as agroindústrias (2,7%) e pessoas jurídicas que exploram outras atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido à Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. iii. Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a ex-funcionários da Companhia.

A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 31 de março de 2024	**15.410**
Baixas de contingências	(381)
Em 31 de março de 2025	**15.029**
Baixas de contingências	(1.477)
Juros e multas	396
Em 31 de março de 2026	**13.948**

a. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingência constituída, está classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósito em caução" no ativo não circulante.

	2026	2025
Trabalhistas	10.016	13.768
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	7.714	7.714
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.174	3.011
Depreciação acelerada incentivada	67.225	61.219
Pis/Cofins	11.529	10.591
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar	39.707	31.846
Outros	183	137
	139.548	128.286

b. Contingências A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como possível perda, foram estimadas como segue:

	2026	2025
Cível	14.662	14.662
Trabalhista	44.532	44.517
Tributário		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	20.236	15.960
Depreciação acelerada incentivada	98.100	87.069
Pis/Cofins	11.933	10.591

As provisões para contingências constituída pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **19. Imposto de renda e contribuição social** a) Composição dos tributos diferidos

Créditos tributários	2026	Movimentação no resultado do exercício	2025	Movimentação no resultado do exercício	2024
Imposto de renda sobre:					
. Adições temporárias	7.304	(152)	7.456	(80)	7.536
	7.304	**(152)**	**7.456**	**(80)**	**7.536**
Contribuição social sobre:					
. Adições temporárias	1.906	(54)	1.960	(29)	1.989
Total dos débitos tributários ativos	**1.906**	**(54)**	**1.960**	**(29)**	**1.989**
	9.210	**(206)**	**9.416**	**(109)**	**9.525**
Débitos tributários					
Imposto de renda sobre:					
. Exclusões temporárias	25.585	8.365	17.220	(9.141)	26.361
. Ajuste de avaliação patrimonial	5.797	(622)	6.419	(726)	7.145
. Depreciação acelerada incentivada (i)	365.146	32.680	332.466	29.806	302.660
. Variação cambial - tributação em regime de caixa	3.361	(5.661)	9.022	(15.957)	24.979
. Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	(51.226)	(35.230)	(15.996)	(16.974)	978
	348.663	**(468)**	**349.131**	**(12.992)**	**362.123**
Contribuição social sobre:					
. Exclusões temporárias	9.211	3.012	6.199	(3.291)	9.490
. Ajuste de avaliação patrimonial	2.087	(224)	2.311	(261)	2.572
. Depreciação acelerada incentivada (i)	131.453	11.765	119.688	10.731	108.957
. Variação cambial - tributação em regime de caixa	1.210	(2.038)	3.248	(5.745)	8.993
. Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	(18.441)	(12.683)	(5.758)	(6.110)	352
	125.520	**(168)**	**125.688**	**(4.676)**	**130.364**
Total dos débitos tributários passivos	**474.183**	**(636)**	**474.819**	**(17.668)**	**492.487**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante	**464.973**	**(430)**	**465.403**	**(17.559)**	**482.962**

(i) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação integral, para fins fiscais, no próprio ano, dos gastos incorridos com imobilizações agrícolas. Os créditos e débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2026		2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	1.248.850	1.248.850	1.369.862	1.369.862
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(312.213)	**(112.397)**	**(342.466)**	**(123.288)**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Crédito - PAT	19.854	-	95.671	34.441
Incentivos Fiscais - PAT	13.649	-	8.073	-
Cbios	1.507	1.356	2.550	2.295
Adições/exclusões permanentes líquidas	772	550	276	(33)
Tributos no resultado do exercício	(276.432)	(110.491)	(235.896)	(86.585)
Alíquota efetiva	-22,1%	-8,8%	-17,2%	-6,3%
Efeito corrente	(276.747)	(110.604)	(248.809)	(91.232)
Efeito diferido	316	114	12.912	4.647

c) Composição dos saldos de tributos a pagar **Circulante:** Em 31/03/2026, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é de R$ 1.786 e refere-se a diferença a recolher entre os valores apurados através dos balancetes de redução e os valores pagos por estimativa mensal sobre a receita bruta (R$ 20.126 em 31/03/2025). **20. Patrimônio líquido a. Capital social** O capital social está dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31/03/2026 e 2025). Em 24/03/2025, mediante Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 450.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social para R$ 1.650.000. Em 02/12/2025, mediante Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 1.450.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social para R$ 3.100.000. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria (nota explicativa 14.a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** Em 26/07/2024, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 29, reversão de dividendos propostos no valor de R$ 81.108 e distribuição de R$ 121.517. Em 07/01/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 39, distribuição de dividendos no valor de R$ 120.000. Em 13/03/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 40, distribuição de dividendos no valor de R$ 100.000. Em 24/07/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 30, reversão de dividendos propostos no valor de R$ 10.811 e distribuição de R$ 141.942. Em 01/12/2025, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 43, distribuição de dividendos no valor de R$ 700.000. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	**861.929**	**1.047.380**
Base para destinações	861.929	1.047.380
(-) Constituição da reserva legal	(43.096)	(52.369)
Base elegível de distribuição de dividendos	**818.833**	**995.011**
Dividendos (25% mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	**204.708**	**248.753**

O saldo de dividendos a pagar em 31/03/2026 é de R$ 204.708 (R$ 308.753 em 31/03/2025). **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando à disposição da assembleia para futuras destinações. **21. Receita operacional líquida** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

Receita de Vendas	2026	2025
Açúcar mercado externo	1.655.472	1.993.637
Açúcar mercado interno	1.228.425	1.433.866
Etanol mercado interno	925.078	747.560
Energia elétrica	143.215	85.394
Outros	16.999	16.341
Receita bruta	**3.969.189**	**4.276.798**
Impostos	(278.515)	(269.426)
Devolução de vendas	(8.603)	(9.590)
Receita líquida	**3.682.071**	**3.997.782**

22. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2026	2025
Materia prima e insumos	(1.378.350)	(1.257.417)
Salários, encargos e benefícios	(497.642)	(455.107)
Depreciação e amortização	(429.975)	(405.125)
Despesas com prestadores de serviços	(260.370)	(239.400)
Outras despesas líquidas	(75.982)	(104.178)
	(2.642.319)	**(2.461.227)**
Classificadas como:		
Custos dos produtos vendidos	(2.323.547)	(2.212.178)
Com vendas	(225.565)	(205.589)
Gerais e administrativas	(110.620)	(105.752)
Outras receitas operacionais	17.413	62.292
	(2.642.319)	**(2.461.227)**

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2026	2025
Crédito de Pis/Cofins (i)	-	33.281
Crédito de Pis/Cofins - Reintegra	2.107	1.808
Crédito de Cbio's (ii)	15.066	25.498
Resultado na venda de ativo imobilizado	5.786	8.105
Baixa de provisão de contingências trabalhistas	1.477	1.177
	24.436	**69.869**
Outros créditos/débitos, líquidos	(7.023)	(7.577)
	17.413	**62.292**

i. Refere-se a créditos extemporâneos de Pis e Cofins. ii. Receita de créditos de descarbonização (Cbios). **23. Resultado financeiro**

	2026	2025
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(28.253)	(45.874)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(4.469)	(14.038)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(33.927)	(38.553)
Total das despesas financeiras	**(66.649)**	**(98.465)**
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	204.519	160.173
Outras receitas financeiras	21.647	15.528
Total das receitas financeiras	**226.166**	**175.701**
Derivativos:		
Ganho nas operações com derivativos	275.137	253.278
Perdas em operações com derivativos	(112.312)	(370.848)
Derivativos líquidos	**162.825**	**(117.570)**
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	223.280	360.325
Variação cambial passiva	(195.603)	(418.788)
Variações cambiais, líquidas	**27.677**	**(58.463)**
Total do resultado financeiro	**350.019**	**(98.797)**

24. Instrumentos financeiros 24.1 Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos em moeda estrangeira, ou para precificar e proteger as operações de exportação contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Os saldos dos derivativos são atualizados, diariamente, a preço cotado em mercado ativo tendo o seu valor justo ("*fair value*") determinado naturalmente e, quando aplicável, é utilizado o método do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os demais valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Ao considerar o prazo e as características desses instrumentos, sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. ***a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes*** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. ***b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros, conforme nota explicativa nº 15, e representam o valor de realização em 31/03/2026. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se dos de realização. ***c. Derivativos*** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "*swap*" e registrou, em 31/03/2026, ganho de R$ 44 (perda de R$ 741 em 31/03/2025), registrada no resultado financeiro. Em 31/03/2026 e 2025, a Companhia possuía contratos a termo em moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção da dívida, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

					2026
	Montante em mil US$	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado p/ R$/US$	Ganho / Perda
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2026 a fevereiro de 2027	67.962	414.989	393.545	354.721	38.824
					2025
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2025 a fevereiro de 2027	244.126	1.498.379	1.408.152	1.401.820	6.332

24.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar, mediante utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com taxa de juros, variação cambial e volatilidade de preços do açúcar no mercado internacional de "*commodities*", inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; e (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Nesse sentido, visando mitigar os riscos futuros de variação cambial, em 31/03/2026 a Companhia possuía na modalidade de NDF um montante de US$ 67.962 mil na posição vendida (US$ 244.126 mil na posição vendida em 31/03/2025). As análises sobre estas posições estão demonstradas na nota explicativa nº 24.1.c ***24.2.1 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros*** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	200.485	(401)	401	(1.001)	1.001	(2.003)	2.003
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.304.565	19.256	(19.256)	48.141	(48.141)	96.282	(96.282)
Impacto no resultado operacional		**18.855**	**(18.855)**	**47.140**	**(47.140)**	**94.279**	**(94.279)**

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem "*hedge*". As taxas de juros que foram analisadas são: • LIBOR • SOFR • CDI • TJLP Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item. **24.2.2** ***Análise de sensibilidade - Risco de variação cambial*** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas câmbio e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Ativos e (passivos) financeiros em moeda estrangeira, líquidos	(37.469)	(3.747)	3.747	(9.367)	9.367	(18.735)	18.735
Derivativos em moeda estrangeira (Venda)	393.545	(39.355)	39.355	(98.386)	98.386	(196.773)	196.773
Impacto no resultado operacional		**(43.101)**	**43.101**	**(107.754)**	**107.754**	**(215.507)**	**215.507**

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de "*commodities*" que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de açúcar, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeiras. A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. A paridade de moeda incluída na análise é US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do m

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Aline Peres Eleutério

Contadora CRC 1SP295291/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 33A9-7077-1AA4-7E11.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 33A9-7077-1AA4-7E11.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/07/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/33A9-7077-1AA4-7E11 ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 33A9-7077-1AA4-7E11

Hash do Documento

42D0DF773D8E98C1C91ED76563AC732D6971B7C505A986C75A3BAEDBB6D4ADA2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/07/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 08/07/2026 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646856 Longitude: -46.556301 Accuracy: 120

IP: 172.16.4.16

AC: AC Certisign RFB G5